

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

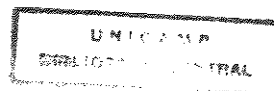
**Classificação das Tendências da Educação Física: Uma
Abordagem Filosófica-educacional e Ideológica.**

Autor: Wanderley Marchi Júnior

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antonia Dalla Pria Bankoff

Curso de Pós-Graduação em Educação Física

1994



WANDERLEY MARCHI JUNIOR

**Classificação das Tendências da Educação Física: Uma
Abordagem Filosófica-educacional e Ideológica.**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de MESTRE EM
EDUCAÇÃO FÍSICA, na Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da Prof^a. Dr^a.
Antonia Dalla Pria Bankoff.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PÓS GRADUAÇÃO

1994

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA FEF-UNICAMP

M332c Marchi Júnior, Wanderley
Classificação das tendências da Educação Física: uma abordagem filosófica-educacional e ideológica / Wanderley Marchi Júnior. -- Campinas, SP : [s. n.], 1994.

Orientador: Antonia Dalla Pria Bankoff
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

I. Educação Física. 2. Educação. 3. Ideologia. 4. *Classificação de Tendências. I. Bankoff, Antonia Dalla Pria. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

WANDERLEY MARCHI JÚNIOR

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
de Mestrado defendida por Wanderley Marchi Júnior e
aprovada pela Comissão Julgadora da FEF/UNICAMP, em
20. DEZ. 1994


Prof. Dra. Antonia Dalla Pria Bankoff

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação Física

Campinas - São Paulo

1994

Comissão Julgadora:

Antonia Dalla Pria Bankoff

Profa.Dra. Antonia Dalla Pria Bankoff

Ademir Gebara

Prof.Dr. Ademir Gebara

Wagner Wey Moreira

Prof.Dr. Wagner Wey Moreira

Dedico esta dissertação de Mestrado aos meus pais, Wanderley, pelo convívio e apoio constante, e Marlene (im memorium), pelo amor externado e pela saudade deixada...

AGRADECIMENTOS

A Paulo Ghiraldelli Júnior pela colaboração prestada e pela amizade construída ao longo desses anos;

A Deisy Silva Maranhão pelo carinho e competência com que se dedica ao compromisso de transmitir seus conhecimentos;

Aos professores, alunos e funcionários da Faculdade de Educação Física da Unicamp que direta ou indiretamente colaboraram no desenvolvimento da pesquisa;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro prestado;

A Márcio Eduardo Delamaro e Antonio Carlos de Moraes pelo auxílio técnico e pela disposição demonstrada em colaborar com o pesquisador.

A Kátia Bortolotti pelo companheirismo demonstrado durante esses anos e pelo amor dedicado na construção do nosso futuro...

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A Dra. Antonia Dalla Pria Bankoff pela orientação, dedicação e competência empregada no desenvolvimento da dissertação; pela coragem e confiança depositada no estudo e no autor, e mais; pela compreensão e sapiência demonstrada nos momentos mais difíceis desse processo.

ABSTRACT

The origin of the present dissertation is our academic restlessness concerning the limits of the literary production in Physical Education and in the political timing of its tendencies, formulated in the work of Paulo Ghiraldelli Júnior.

As we got in contact with the literature of the area, we observed that the predominant texts were those which dealt exhaustively with sports learning methods and technical movement correction; only in few texts, however, have we found productions dealing with the historical, philosophical and educational questions.

Once both the existence of such theoretical limitation and the quality of the contribution of Ghiraldelli's work to Physical Education were noticed, by developing our work we aimed at examining the authors who constructed the theoretical reference in Physical Education during its history, and at producing a text of a philosophical-educational and ideological order, capable of exposing to the appreciation of the academic community, for the first time, a Classification of its tendencies.

With the concretization of this research, we hope to have been able to contribute effectively to the discussions that are necessary as far as the objectives intended by Physical Education are concerned and, mainly, in what concerns the intellectual and political background of its professionals.

The possibility of having a theoretical reference to analyze the work that is being done at schools, clubs or academies, and to what kind of development it is being used, was a desired contribution to the development of the dissertation.

As far as methodology is concerned, we have been assisted by Materialist Dialectic by K. Marx and K. Kosik, which defined in the Bibliographic Research, the method of investigation and the method of exposition of results.

At the end of the investigation work, we arrived at the definitions of the Hygienist, Militaristic, Social-Pedagogical, Structural-Systemic, Technical-Scientific and Historical-Critical trends of Physical Education, associating them with D. Saviani's philosophic educational Brazilian concepts, and with A. Gramsci's ideological dimensions.

Key words: Physical Education - Education - History - Ideology and Trends Classification.

RESUMO.

A presente dissertação tem origem na nossa inquietação acadêmica sobre os limites da produção literária da Educação Física e na periodização política de suas tendências, formuladas no trabalho de Paulo Ghiraldelli Júnior.

Ao entrarmos em contato com a literatura da área, observamos que os textos predominantes eram aqueles que tratavam, exaustivamente, dos métodos de aprendizagem desportiva e de correção dos movimentos técnicos, sendo que em poucas obras, encontramos produções que trabalhavam as questões históricas, filosóficas ou educacionais.

Percebida a existência dessa limitação teórica e a qualidade da contribuição prestada à Educação Física pela obra de Ghiraldelli, objetivamos com o desenvolvimento da nossa pesquisa, rever os autores que construíram o referencial teórico da Educação Física, durante sua história, e produzir um texto de ordem filosófica-educacional e ideológica, capaz de remeter à apreciação da comunidade acadêmica, em primeira instância, uma Classificação de suas tendências.

Com a concretização da pesquisa, esperamos poder contribuir, efetivamente, com as discussões que se fazem necessárias em relação aos objetivos pretendidos pela Educação Física e, principalmente, quanto ao nível de formação intelectual e política de seus profissionais.

A possibilidade de termos um referencial teórico para analisarmos o trabalho que está se desenvolvendo nas escolas, clubes ou academias e, a que tipo de formação está servindo tais propostas, foi uma contribuição desejada na elaboração da dissertação.

Metodologicamente, fomos assistidos pela Dialética Materialista de K. Marx e K. Kosik que definiu dentro da Pesquisa Bibliográfica o método de investigação e o método de exposição dos resultados.

Ao final do trabalho de investigação, chegamos à definição das tendências Higienista, Militarista, Sócio-Pedagógica, Estruturalista-Sistêmica, Técnico-Científica e Histórico-Crítica da Educação Física, relacionando-as com as concepções filosóficas educacionais brasileiras de D. Saviani, e com as dimensões ideológicas de A. Gramsci.

Palavras Chaves: Educação Física - Educação - História - Ideologias - Classificação de Tendências.

ÍNDICE

Introdução	01
Metodologia	
Tipo de Pesquisa	07
Método	08
Técnicas	10
Pressupostos Teóricos	14
Classificação das Tendências da Educação Física	66
Discussão	83
Conclusão	97
Referências Bibliográficas	102
Anexos	109

INTRODUÇÃO

Segundo o Anuário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em 1993, o Brasil possui quase 147 milhões de habitantes, dos quais 52,9% da população ativa sobrevive com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos e apenas 3% usufrui de mais de 20 salários-mínimos.

Paralelo a essa disparidade encontramos 1.048.057 famílias locadas nas 3.221 favelas espalhadas pelo Brasil, soma-se a isso a taxa de 19,6% que representa o analfabetismo do país, conforme editorial do jornal "Folha de São Paulo" de 24/mar/1993.

Associamos aos dados anteriores o resultado do estudo realizado pela Confederação Brasileira de Futebol (C.B.F.), divulgado pelo jornal "Folha de São Paulo" (19/jan/1994 - cad.4 - pág.3), que demonstra a realidade do futebol profissional no Brasil, ou seja, sete em cada dez jogadores receberam entre um e dois salários mínimos por mês no ano passado.

Os contratos dos atletas de futebol de todo o país são registrados na C.B.F. e estão distribuídos na seguinte proporção: acima de dez salários mínimos apenas 3%; entre cinco e dez salários, 6,77%; entre dois e cinco, 19,6%; de um a dois, 51,38% e finalmente, os que ganham somente um salário mínimo que somam 19,25%.

Esses números são colocados para demonstrar a realidade que vivemos e, diante deste quadro, procuramos delimitar nosso campo de atuação.

Acreditamos ser fundamental para a realização de uma pesquisa, a vinculação do tema escolhido com o projeto existencial e político do pesquisador.

Ao analisarmos os números citados anteriormente, decidimos não aceitar, passivamente, índices que pela sua própria história, vem marginalizando determinadas classes sociais e retardando processos que possibilitem "evoluções", no que diz respeito a condições mínimas de cidadania, dentro da sociedade.

Com base nesse argumento, procuramos delimitar, no contexto educacional, a área que pela própria identificação acadêmica, profissional e de experiência esportiva nos permitisse oferecer um grau de contribuição compatível com a intenção de reestruturar ou de transformar esses índices representativos.

A Educação Física, como qualquer outra área do conhecimento, está inserida neste contexto social e sofre de maneira contundente os efeitos relativos do subdesenvolvimento característico do país.

Iniciamos, portanto, uma aproximação com a bibliografia referente à Educação Física, e nesse primeiro contato, nossas leituras foram, basicamente, limitadas a manuais de técnicas e táticas esportivas ou livros responsáveis pelas

sequências pedagógicas utilizadas na aprendizagem de movimentos técnicos-esportivos.

Procurando ampliar a quantidade e a qualidade das informações sobre a Educação Física, selecionamos textos de autores contemporâneos, que se preocupavam com as questões de ordem filosófica-educacional, política-ideológica e, principalmente, histórica.

A partir dessa leitura, a Educação Física passou a ser percebida como uma área do conhecimento humano capaz de, através da sua relação do corpo com o movimento propriamente dito, interferir no processo de construção e de transformação da sociedade.

Neste sentido, vários trabalhos foram encontrados, preocupando-se com conteúdos, metodologias, objetivos e classificações, podendo ser citados, correndo o risco de se faltar com alguns nomes, as produções de Lino Castellani Filho, Mauro Betti, P. Parlebás, J. Batista Freire, Francisco Sobral, Carmem Soares, Go Tani entre outros.

Mas, foi no trabalho de Paulo Ghiraldelli Júnior (1988), especificamente em sua classificação das tendências e correntes da Educação Física, que obtivemos o nosso ponto de partida.

Nesta obra, o autor explicita as relações existentes entre a Educação Física e os componentes ideológicos superestruturais das classes dominantes, determinando os conteúdos e os procedimentos pertinentes dentro de cada período histórico-político.

Entendendo e colaborando com a obra de Ghiraldelli, procuramos definir a nossa pesquisa.

De acordo com o próprio dinamismo que os processos históricos e os estudos científicos exigem, procuramos iniciar o nosso trabalho, objetivando uma re-leitura dos autores que trataram a Educação Física e formaram correntes nas mais variadas épocas da história, vendo a possibilidade de avançarmos para um novo quadro teórico de classificação.

Esse processo intencionava contribuir para a Educação Física de maneira efetiva, na consolidação de uma dissertação de ordem filosófica, educacional e ideológica, embora fosse reduzido o número de trabalhos nesse âmbito.

Para seu desenvolvimento, realizamos uma Pesquisa Bibliográfica de autores do início do século até a presente década, procurando, através da análise materialista dialética de K. Marx e K. Kosik, explicitar os paradigmas que sustentaram suas produções e as correlações com as condições dominantes da sociedade.

No decorrer das leituras e da análise dialética, respeitando os métodos de investigação e de explicitação, fomos associando autores no interior de suas premissas teóricas, determinando correntes; e nessa associação, contemplamos nosso objetivo inicial, que era o de poder elaborar uma Educação Física.

Com o quadro definido, procuramos relacionar as tendências da Educação Física com as filosofias educacionais brasileiras e com as dimensões ideológicas, respeitando, respectivamente, as definições de D. Saviani e A. Gramsci.

Nossa classificação e suas relações, não têm a pretensão de ser entendida como definitiva, tão pouco teve o intuito de desconsiderar a que lhe deu origem, simplesmente, o estudo foi rigoroso no que se propôs desenvolver e em concordância com a teoria da dialética, incorporou os conhecimentos anteriores para a sua elaboração.

Podemos entender o processo como uma espécie de transição cultural, termo bem estudado por F. Capra, que enfatizou seu posicionamento com uma passagem descrita em um dos mais antigos livros de sabedoria da humanidade, o 'I Ching' chinês ou 'O Livro das Mutações':

"O movimento é natural, surge espontaneamente. Por essa razão, a transformação do antigo torna-se fácil. O antigo é descartado, e o novo é introduzido. Ambas as

medidas se harmonizam com o tempo, não resultando daí, portanto, nenhum dano." (in CAPRA, 1982, p.31).

Embasados na elaboração do quadro teórico e no processo de transição cultural, esperamos possibilitar com a nossa dissertação, a obtenção de subsídios para discussões necessárias ao nível dos objetivos da Educação Física e da formação intelectual de seus profissionais.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

No desenvolvimento da produção científica que visa ao conhecimento da realidade, valendo-se de trabalho teórico e empírico, o conceito de Metodologia deve possuir um caráter não limitante aos métodos e técnicas destinados à coleta e mensuração de dados, sendo ainda incorporador de uma teoria que fundamente todas as etapas dentro do processo de construção do conhecimento social. (DEMO, 1985).

Ao revisarmos as publicações referentes à pesquisa experimental, constatamos que o paradigma da Ciência Positivista do século XIX de Augusto Comte determinou, durante grande período da História das Ciências, a produção científica nas áreas do conhecimento humano. (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Mas os princípios da neutralidade científica, da imutabilidade dos conhecimentos e da causalidade já são discutidos e também superados, principalmente, nas Ciências Humanas, as quais remetem novas metodologias de pesquisa para apreciação da comunidade científica.

Segundo SEVERINO (1993) "a ciência, enquanto conteúdo de conhecimentos, só se processa como resultado da articulação do lógico com o real, da teoria com a realidade. Por isso, uma pesquisa geradora de conhecimento

científico, deve superar necessariamente o simples levantamento de fatos e coleção de dados, buscando articulá-los ao nível de uma interpretação teórica."(p.113).

Mas também, prossegue o autor, a ciência não pretende atingir uma verdade única e absoluta, suas conclusões não são consideradas como verdades dogmáticas, mas, sim, formas de conhecimento, conteúdos inteligíveis que dão um sentido a determinado aspecto da realidade.

Por assim proceder, definimos em nossos estudos, a realização de um trabalho de Pesquisa Bibliográfica.

MÉTODO

"O método científico é o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos." (KOSIK, 1989, p.46).

Partindo dessa afirmativa, procuramos encontrar um método que além de decifrar os fatos que lhes servissem de base e ponto de partida, possibilitasse observar o movimento social e a realidade como um processo histórico-natural e cultural.

Segundo KOSIK (1989), o conhecimento da realidade histórica é "um processo de apropriação teórica - isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos - processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos."(p.45).

Para tanto, determinamos o método dialético no estudo, pois a dialética é o "pensamento crítico que se propõe a compreender a 'coisa em si', e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade."(pp.15-16).

A dialética não considera os fatos, as configurações, os objetos e o todo material como algo originário e independente, mas sim remete-os a um exame, diluindo sua pseudoconcreticidade e fixidez, para mostrar suas relações e mediações como produto da práxis social da humanidade.(KOSIK, 1989).

As conceituações no método dialético têm o significado de decomposição do todo para poder reproduzir as estruturas da realidade e do conhecimento.

Para KOSIK (1989), sem decomposição não há conhecimento, e nesse processo, existe a separação do que é fenômeno e do que é essência (realidade concreta e pseudoconcreticidade), sendo que na retomada das partes ao todo se configura a construção do conhecimento concreto e real.

"A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo

supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real."
(CHARTIER, 1988, pp.16-17).

TÉCNICAS

É proposto para o desenvolvimento da dissertação, fundamentado no método dialético, o que MARX (1985) chamou de método de exposição e método de pesquisa, também chamado por KOSIK (1989) de método de explicitação e método de investigação.

Para Marx, o método de investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas formas de desenvolvimento e de encontrar suas relações. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real através da sua exposição.

Em Kosik, confirmamos o direcionamento da nossa pesquisa, definindo as etapas a serem trabalhadas, diferenciando investigação e exposição.

No desenvolvimento do método de investigação, respeitamos três momentos:

- 1) minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, incluindo detalhes históricos disponíveis.
- 2) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material.
- 3) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.(KOSIK, 1989).

O método de exposição é a explicitação do fenômeno concreto, sendo possível deixá-lo transparente, racional e compreensível, ou seja, é o momento da apropriação e do desenvolvimento crítico-científico dos resultados da investigação, que não são conhecidos no início da problemática.

A explicitação não é desenvolvimento evolucionista, mas sim desdobramentos da 'coisa em si', transformação do abstrato em concreto, ou com as próprias palavras de Kosik, "a dialética materialista como método de explicitação científica da realidade humana social, é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico." (KOSIK, 1989, p.32).

De posse desses procedimentos metodológicos, utilizamos a análise comparativa que permite "detectar funcionamentos diferentes da mesma forma social no interior de sociedades comparáveis, contemporâneas ou de maior distância

cronológica." Entende-se também, que comparar é pôr em contraste as formas e os funcionamentos sociais.

No desenvolvimento do processo de análise comparativa, a historiografia cultural nos auxiliou determinando passos, como:

- classificar e delimitar as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é construída;
- exibir maneira própria de estar no mundo através de práticas que fazem reconhecer uma identidade social;
- relacionar com o mundo social as formas institucionalizadas que marcam de forma visível e perpetuada a existência de grupos e classes. (CHARTIER, 1988).

Aliado a essas premissas metodológicas, citamos GHIRALDELLI (1993) definindo que o pesquisador "não deve se furtar de se debruçar sobre o material empírico, e que este material deve conter o máximo de informações sobre o comportamento prático das pessoas do passado, sendo aconselhável (...) investigar os textos, as construções teóricas onde à primeira vista encontra-se mais a ideologia do que a mentalidade."(pp.11-12).

Fundamentados nesse referencial teórico, realizamos um levantamento bibliográfico de obras a partir da década de 1920 até o início de 1990, e

selecionamos conteúdos que caracterizavam a Educação Física, conceituavam e determinavam objetivos e métodos a serem desenvolvidos.

Os critérios para seleção do material foram o número de edições publicadas, a pertinência ao objeto de estudo, a repercussão da obra à nível nacional, o "reconhecimento" acadêmico do autor e a citação em bibliografia de concursos.

Após a pesquisa bibliográfica e a análise dialética dos conteúdos, procuramos classificar grupos e correntes determinando tendências através das categorias de seleção definidas com a leitura das obras, permitindo, assim, a construção de um quadro de concepções da Educação Física.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Diante de um trabalho, onde o tema central é a classificação das concepções da Educação Física, é necessário conhecermos detalhadamente, como os autores e suas respectivas produções influenciaram e determinaram correntes nas mais variadas fases da evolução do conhecimento histórico.

Para tanto buscamos em suas publicações, seus conceitos e seus objetivos para compor o conteúdo deste capítulo.

Cientes da especificidade de cada obra, autor e período, procuramos agrupar por convergências teóricas, os paradigmas que fundamentaram os trabalhos e forneceram subsídios para o desenvolvimento da Educação Física.

Uma primeira corrente de autores visavam em seus estudos uma contextualização no campo da Medicina, amparando-se no argumento da higienização como fundamento da Educação Física.

Os primeiros escritos com maior ressonância datam das primeiras décadas do século XX no Brasil, e em Fernando Azevedo encontramos o material mais substancial.

Azevedo tem na ampliação do número de escolas a ligação direta com a não necessidade de instalações hospitalares e expõe o seguinte perfil para o profissional da Educação Física:

"... tiverem os professores sólida instrução teórica e prática, e não forem superiormente orientados por um educador, que deve ser, além de um psicólogo avisado, um engenheiro biologista teoricamente documentado e de uma competência técnica acima de toda a crítica."(AZEVEDO, s.d, p.90).

E quanto ao Treinamento Desportivo:

"O treinamento, que, no ponto de vista do esporte é a arte de conduzir o homem a um grau de força suficiente para suportar uma prova determinada..."(AZEVEDO, s.d, p.156).

Na obra de Fernando Azevedo também é constatada a preocupação da organização de um Sistema Nacional de Educação Física, baseado nos princípios humanísticos situados num plano geral de Educação. (AZEVEDO, s/d.).

Outros autores, que sustentam a tendência apresentam características compatíveis com as demais concepções e serão mencionados posteriormente.

A segunda corrente é fundamentada por autores que exprimem em suas obras, descrições similares às do capitão Jair Jordão Ramos que em 1937, ainda instrutor da Escola de Educação Física do Exército, aliou a figura do médico e do

instrutor de Educação Física no exercício profícuo do treinamento formador do "soldado" sob o ponto de vista biológico e militar.

"do oficial regimental de Educação Física (...)

Art. 2 - Em cada corpo de tropa ou estabelecimento, um capitão ou 1 tenente com o curso de educação física(...), terá funções de oficial regimental de educação física.

Art. 3 - Ao oficial regimental de educação física compete:

1- Servir de auxiliar técnico do comando no que diz respeito à educação física ou desportiva; (...)

10- Auxiliar o médico, juntamente com os instrutores das sub-unidades, nos trabalhos da parte morfofisiológica das fichas, de confecção dos perfis morfo-fisiológicos e da classificação dos homens em turmas homogêneas, bem como cooperar com êle na verificação fisiológica dos exercícios físicos, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos necessários;"(RAMOS, 1937, pp.183-184).

Outro autor é SCHERMANN (1958) que entende o desporto intimamente ligado à Educação Física e é encarado como fator preponderante no preparo do homem para "a defesa do solo pátrio".

Ressalta em sua obra que no plano educativo de muitas nações, o atletismo é, obrigatoriamente, incluído nas fases acadêmicas, e mesmo posteriormente.

Os programas elaborados por esses países se estendem ao terreno científico, à assistência médica e a seus respectivos profissionais e laboratórios.(SCHERMANN, 1958)

O autor demonstra a função educacional do desporto:

"O desporto educa e distraí. Fortalecendo os indivíduos, aprimora a mente para os embates da vida. Desde que educado nos sãos princípios da eugenia do corpo, o jovem, mesmo nos momentos decisivos de sua luta, sabe encarar, desportivamente, os revezes que a sorte lhe atira.

É assim que o desporto educa os homens temperando-lhes o caráter!"(SCHERMANN, 1958, p.13).

E prossegue conferindo-lhe finalidade:

"O desporto tem dado exemplos inconfundíveis ao mundo, de que a esperança de paz ainda não estará perdida enquanto os homens tiverem franqueza de atitudes, agirem honesta e desinteressadamente, como o fazem os verdadeiros desportistas num campo de luta.

Aí está o exemplo recente dos Jogos Olímpicos de Helsinki e de Melbourne em que, lado a lado, em Congressos, nos campos atléticos, piscinas e pistas, se irmanavam pretos, brancos, amarelos, católicos, protestantes, espíritas, budistas, judeus, metodistas, comunistas e democratas, numa festa de confraternização dos músculos e do espírito.

Essa é a finalidade do desporto!"(SCHERMANN, 1958, p.19).

O terceiro agrupamento de autores e suas obras tem início na década dos anos 60, onde encontramos o trabalho de Mauro S. Teixeira e Júlio Mazzei, que se fundamenta no conceito de educação tratado como um processo imanente, que começa e termina no próprio indivíduo. Um processo dinâmico de vida que consiste

nas experiências vividas a todo instante, através da adequação do homem com o material de formação, representado pelos estímulos externos.

Teixeira e Mazzei não concordam com o conceito de ser a educação uma preparação para a vida. E argumentam que "ninguém vive agora preparando-se para viver daqui a pouco"; ao contrário, vive-se efetivamente a todo instante, em qualquer estágio da vida. (TEIXEIRA e MAZZEI, 1961).

Definem Educação Física diante da sua função:

"Quer encarada como ciência, quer conceituada como arte, é a Educação Física meio seguro de se conseguir a diminuição da tensão nervosa em que vive o homem no mundo atual. Fortificando o corpo, plasma-se o espírito e forma-se o caráter.

Consideramos ser primacial a concepção de se educar o homem, harmonizando os seus ideais com o ideal de vida que norteia a SOCIEDADE em que ele vive, pela qual vive e com a qual convive." (TEIXEIRA e MAZZEI, 1961, pp.24-25).

Um manual chega aos professores de Educação Física no ano de 1978, como sendo um direcionador dos programas educacionais, ou seja, o "Trabalho Dirigido de Educação Física".

No seu início determina-se que o objetivo geral da Educação Física é o da formação integral do educando, e que suas capacidades terão que atingir os níveis de conhecimentos, habilidades e atitudes, assim distribuídos:

"1. Conhecimentos

- justificar a necessidade do exercício físico.
- classificar os jogos, os desportos e a ginástica como forma de se praticar a Educação Física.
- transmitir noções de Atletismo, Handebol, Basquetebol e Voleibol.
- transmitir noções de Ginástica olímpica.

2. Habilidades

- utilizar seu corpo com eficiência.
- executar exercícios ginásticos.
- jogar recreativamente.
- demonstrar domínio corporal, executando exercícios de solo e de aparelhos.
- executar os fundamentos do Atletismo, Handebol, Basquetebol e Voleibol.
- aplicar técnicas e táticas do Handebol, Basquetebol e Voleibol.

- demonstrar habilidades na corrida, nos saltos e no arremesso.

3. Atitudes

- identificar a necessidade de praticar exercícios físicos, diariamente.

- demonstrar autocontrole, espírito de equipe, companheirismo e solidariedade.

- demonstrar acato às regras do jogo.

- demonstrar respeito aos companheiros e ao professor.

- demonstrar acato às determinações do árbitro.

- demonstrar aceitação das normas do grupo."(TEIXEIRA, 1978, p.04).

Em sua 5ª edição no ano de 1983 (primeira edição em 1961), o livro "Basquetebol: Metodologia de Ensino" do professor Moacyr Daiuto determina que a educação desportiva é um problema que pertence essencialmente à escola, e deve ser pedagogicamente orientado e dirigido.

Baseado nessa premissa teórica, define esporte como sendo "uma necessidade individual e social, uma influência que se evidencia cada vez mais dentre as atividades do homem. É fonte de saúde e de distração."(DAIUTO, 1983, p.27).

Também coloca que o esporte, bem orientado e dirigido, ou seja, o esporte-lazer, o esporte-jogo ou o esporte para todos, permite-nos EDUCAR ATRAVÉS DO FÍSICO, pois como agente fundamental da Educação Física, na qual

está integrado, ele empresta colaboração direta e preponderante à obra educativa geral.

O autor indica que deste esporte-jogo, verdadeira generalização social da prática desportiva, surgirá naturalmente um "elite" para as competições de alto nível, para a qual, entretanto, pode-se prever um "esporte mais puro, mais cavalheiresco, mais transparente, mais calmo", como o desejava Pierre de Coubertin.(DAIUTO, 1983).

Em sua metodologia de ensino, entende educador como "um homem cujo espírito e vontade saiba resistir às alterações do ânimo e às perigosas parcialidades da idade; que, como homem adulto, tenha profundamente arraigada a convicção da fé cristã e da sua salvação e que, partindo daí, contemple com amplitude de vistas o mundo e a vida; que se sinta impelido por uma inclinação natural a comunicar aos outros e em particular à criança, os frutos do seu saber e de sua experiência; o homem cuja superioridade pessoal seja imediatamente sentida pelas crianças, não porém, como um fardo que as oprime, mas como uma força pura, disciplinada, sincera, estimulante; um homem que una um santo amor pela juventude, à capacidade especial de descer até ela para conduzi-la pelo caminho que lhe foi ensinado por DEUS."(DAIUTO, 1983, p.38).

Ainda a respeito do professor, Daiuto afirma que de modo algum caberá a responsabilidade de "fazer campeões", a ele cumpre a importante função de educar moral, intelectual e socialmente, através do físico; a ele cumpre proporcionar formação integral aos educandos, de modo que, no futuro, aqueles que possuírem "qualidades" e aptidão para a prática de um determinado esporte possam, se assim lhes interessar, atingir o "aperfeiçoamento", isto é, passar à prática do "esporte de elite", participando das competições de grande vulto e importância.

Dentro da corrente, temos a obra de Flávio M. Pereira, "Dialética da Cultura Física", onde o esporte é tido como componente do processo de aculturação sob a forma competitiva de exercícios físicos, e que esta prática pode tornar-se elemento educativo, de lazer, e mesmo, forma de trabalho social.

Segundo PEREIRA (1988), a Educação Física, estando ligada à vida saudável, favorece as possibilidades de ações participativas conscientes no campo cultural, na prática desportiva do lazer, no campo político e na participação social. Necessita pois fugir da neutralidade político-cultural, e para a sua valorização tem de superar o empirismo, fundamentando-se cientificamente e aprofundando-se teoricamente, com alto nível técnico e abrangência democrática.

A Educação Física, ajudando na problematização do social, no questionamento da realidade, naturalmente, deve procurar transformar esta mesma

realidade, pois a conscientização pressupõe bem mais do que a simples denúncia de situações, mas visa às ações concretas.

O autor alerta que para a implementação eficiente da cultura física, o professor necessita aliar à competência técnica, sólida formação intelectual, moral, capacitação atlética e participação social. O educador físico deve "saber, saber fazer e saber ensinar". Associa-se a esse perfil as chamadas "três paciências educacionais": as paciências pedagógica, a afetiva e a histórica.(PEREIRA, 1988).

Em obra relacionada à teoria e prática da Educação Física, João Batista Freire articula com veemência os conteúdos lúdicos-educacionais dentro das escolas de primeiro grau.

"...Educação Física, enquanto disciplina do currículo, que deveria ser especialista em atividades lúdicas e em cultura infantil".(FREIRE, 1989, p.13).

Sua produção tem em Piaget o referencial teórico para a discussão das qualidades do jogo de exercício, simbólico, de regras e de construção.(FREIRE, 1989).

"Num contexto de educação escolar, o jogo proposto como forma de ensinar conteúdos às crianças aproxima-se muito do trabalho. Não se trata de um jogo

qualquer, mas sim de um jogo transformado em instrumento pedagógico, em meio de ensino."(FREIRE, 1989, p.119).

Na apresentação da obra, Fanny Abramovich, educadora, escritora e crítica de literatura infantil, define o professor de Educação Física como sendo "antes de tudo, um educador, com uma postura clara e abrangente sobre o ensino, uma visão ampla e fundamentada da criança, para que seu trabalho tenha sentido e amplitude."(FREIRE, 1989, p.10).

"O mundo da escola de 1º grau teria que ser transformado em um mundo concreto de coisas que têm significado para a criança. Isso, no entanto, só pode ser feito com indivíduos conscientes, ativos, dinâmicos, realizadores e transformadores."(FREIRE, 1989 p.81).

Sobre o fator competição nos jogos, o autor afirma que negá-la equivale, na prática, a banir o desporto dos conteúdos da Educação Física. E prossegue alertando que pouco se sabe a respeito do jogo, do brinquedo ou do desporto em Educação Física, seu caráter simbólico, representativo da cultura dos povos, por exemplo, é bastante ignorado.

O jogo ou o esporte representam, num contexto lúdico, as ações individuais e coletivas das pessoas e da sociedade, portanto, a competição não nasce no jogo, mas é nele representada. Se a competição assume, na sociedade, o caráter predatório que observamos atualmente, não é por culpa do jogo e nem será suprimindo deste o aspecto competitivo que o problema desaparecerá.(FREIRE, 1989).

E as competições nas escolas recebem a análise:

"São formadoras de campeões, selecionadoras de raça, disseminadoras de sentimentos preconceituosos, reprodutoras da forma mais abominável de competição que orienta as relações entre as pessoas de nossa sociedade, e que encontra sua expressão mais importante nos jogos olímpicos modernos. Vencer a qualquer custo é o lema que orienta a competição, nas relações sociais e nos jogos desportivos."(FREIRE, 1989, p.152).

Segundo FREIRE (1989), a "competição escolar" pode assumir funções mais condizentes com a "conduta humana", como "elemento constitutivo da atividade lúdica da criança, cumprindo um papel fundamental de encaminhar para a cooperação."(p.157).

Finalizando este grupo, MEDINA (1991) afirma que a vanguarda da Educação Física no Brasil está ainda passando por um período, por alguns chamado de ideológico, ou seja, um período de denúncias, revelações e descobertas do papel que esta área do conhecimento humano vinha e vem desempenhando em favor de um poder hegemônico, dominante, determinante e opressor, em resumo, considera que finalmente "entramos em crise".

Através de um discurso que ressalta a importância da luta de classes, fundamentado na história cultural brasileira e na expropriação do corpo pelo trabalho, o autor define que é necessário entender esse corpo com direitos, sem espaço, sem ação, sem voz, submisso e humilhado, para poder partilhar da pedagogia de sua libertação. Este, segundo pensa, deva ser o compromisso inalienável de uma Educação Física atenta aos nossos problemas.(MEDINA, 1991).

Seu referencial teórico, como o próprio texto explicita, aponta para a proposta do filósofo português Manuel Sérgio, que prefere falar em Ciência da Motricidade Humana em lugar da 'clássica Educação Física'; para isto, torna-se necessário a criação de uma comunidade científica que caminhe de maneira metódica, sistematizando novos conceitos e uma linguagem dentro de um novo corpo teórico de conhecimentos que, sintonizado com uma prática e a partir dela, forneça os

elementos indispensáveis para o surgimento de uma autêntica transformação na área.(SÉRGIO, s/d.).

A obra é finalizada com a apresentação de sua proposta:

"É dentro desta visão global, sistêmica e dialética que vejo sentido numa pedagogia do corpo (que dê sustentação a uma nova Educação Física, ou a uma ciência da Motricidade Humana), pois que tende ao ato livre e libertador, e portanto, busca a todo momento a humanização do próprio corpo, este pedaço de mundo tão carente de humanidade".(MEDINA, 1991, p.109).

Podemos relacionar outro grupo iniciando pelas obras de Inezil P. Marinho.

No início da década de 1950, encontramos em uma das obras de Inezil Penna Marinho, um estudo crítico abrangente e classificatório dos métodos e sistemas para as aulas de Educação Física, compondo-se dos exercícios físicos e suas respectivas qualidades de aptidão.

Dentre tantas definições, adotaram-se como conteúdo maior para a Educação Física, os desportos como sendo a forma de atividade física que melhor corresponde às necessidades do adolescente e do adulto. (MARINHO, 1953).

Já em sua introdução, o livro apresenta um discurso feito pelo Dr. I. Fischer, chamado "a nova Educação Física" que demonstra o anseio por determinadas alterações nos padrões conceituais e atuantes da sociedade:

"...a nova Educação Física deve preocupar-se especialmente com as formas de exercício e treinamento que produzem o domínio sobre si mesmo, a coordenação, a flexibilidade(...). A idade nova requer homens de iniciativa, vivos, criteriosos. Estas características desenvolvem-se geralmente nos jogos. O jogo é criador e poético. Tem um grande valor como estimulante da imaginação.

A nova era procura homens que tomem a sério a parte que lhes toca nas partidas e nos encontros da vida, desempenhando-a honestamente e de acordo com as regras. Deve-se, portanto, dar importância capital à parte moral da Educação Física, até que ela possa incorporar aos hábitos instintivos de cada um.

A idade moderna precisa de homens eficientes e otimistas. A nova Educação Física dará por isso, grande

importância a higiene. Ensinará o homem a viver da melhor maneira possível.

A época nova(...) exige que a Educação Física amplie os horizontes da vida, aprofunde as emoções, enriqueça os sentimentos. A nova Educação Física deve pois, seleccionar as formas de atividades físicas que desenvolvem a vida das emoções e preocupar-se em primeiro lugar com os exercícios relacionados com os estados de profundo sentimento.

A nova Educação Física será, pois, altamente social, pois orientará a atenção especialmente para o grupo, para direcção inteligente e preparada e para a acção coordenada. Antes, os jogos atléticos tinham valor como espectáculo. Agora, a participação neles é o que vale.

A nova Educação Física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo,

sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos, dotado com o senso da honra e da justiça, compartilhando no companheirismo dos seus semelhantes, e levando o amor da Pro-coração." (MARINHO, 1953, contra-capá).

No ano de 1956, outra obra de Inezil Penna Marinho forneceu uma periodização histórica onde são caracterizadas atividades físicas e métodos em determinadas épocas.

Sua preocupação maior concentrava-se na elaboração criteriosa dessa periodização, não perdendo de vista o paradigma do Brasil em desenvolvimento, a "super-potência" que buscava sua inserção política e econômica no quadro das grandes nações mundiais. (MARINHO, 1956).

Esse quadro determinava à Educação Física, nos períodos do Brasil-Colônia, que os habitantes indígenas do século XVI viviam no mais íntimo contato com a natureza. As necessidades do meio obrigavam-nos à utilização de sua força física para a manutenção da própria existência. Somente os fortes poderiam sobreviver, impunha-se a lei da seleção natural.

Brasil-Império, tendo no projeto de Rui Barbosa, "o corpo a serviço do intelecto" delegava: a instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal; extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos, na formação do

professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher a "harmonia das forças feminis e às exigências da maternidade futura"; inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo , em horas distintas das do recreio, e depois das aulas; e equiparação em categoria e autoridade , dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas.

E o Brasil-República, dividido em 1ª fase (1889-1930) que se preocupou com a construção de novos e adequados prédios para a então "descoberta" da Educação Física; 2ª fase (1930-1937) onde são baixados programas de Educação Física, calcados no Método Francês, e que vigoraram até 1944, inclusive, sem sofrer qualquer modificação. Todos os programas foram precedidos de uma orientação metodológica, e a 3ª fase que oficializava a Educação Física sempre relacionada ao Ministério da Saúde e Educação, na "Constituição outorgada pelo sr. Getúlio Vargas, a 10 de novembro de 1937." (MARINHO, 1956).

Em uma terceira obra, "Introdução ao Estudo da Filosofia da Educação Física e dos Desportos", Inezil P. Marinho apresentou um trabalho elucidativo sobre o pensamento filosófico educacional no Brasil.

Fundamentado em suas definições, o autor defende a perspectiva de massificação do ensino de 1º grau gratuito, difusão do ensino profissionalizante técnico e tecnológico, privatização do ensino de 2º grau, ampliação do ensino

superior pago, pós-graduação:especialização, mestrado, doutorado, pesquisa de alto nível (Estado coadjuvado pela iniciativa particular), reciclagem profissional e eliminação do analfabetismo.(MARINHO, 1984).

Sobre a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e sobre o Parecer do C.E.F. nº 853/71, aprovado em 12 de novembro de 1971 (ANEXOS), dando uma visualização das matérias distribuídas nas seguintes áreas: comunicação e expressão, estudos sociais e ciências, Inezil opina:

"No nosso entender, a Educação Física deve integrar predominantemente a área A ou seja Comunicação e Expressão, pois a língua portuguesa está para a expressão verbal como os exercícios físicos (jogos, desportos e danças) estão para a expressão corporal. Na primeira forma temos a linguagem da mente e na segunda a linguagem do corpo. Um debate público, uma conferência e um discurso estão para a linguagem verbal, como uma competição desportiva, uma demonstração gímnica e uma interpretação coreográfica estão para a expressão corporal, convencionalmente

denominada Educação Física."(MARINHO, 1984, pp. 141-142).

O autor demonstra sua preferência em substituir a Educação Física pela Cinesiologia e o professor pelo cinesiólogo e indica a formulação do currículo:

"O currículo para a formação dos futuros CINANTROPÓLOGOS ou CINESIODATAS, ou qualquer que seja a nova denominação que lhes venha a ser atribuída, deverá estar representada pela integração de três partes, que constituirão um todo: embasamento científico, aprimoramento técnico e formação didática".(MARINHO, 1984, p.230).

Sobre o professor de Educação Física e seus conteúdos os respectivos parágrafos demonstram seu posicionamento:

"O professor de Educação Física, na sua atividade diária, vai, paulatinamente, descobrindo as aptidões e potencialidades de seus educandos, orientando-os para as atividades que melhor com eles se coadunem e, da mesma forma que um pintor ou um escultor criam as suas obras primas, pode ele criar campeões, que são

aqueles que alcançaram o máximo de suas potencialidades na execução de gestos e movimentos considerados os mais completos e perfeitos.

Os jogos, desportos e danças, manifestações atávicas de expressão corporal na vida de todos os povo, através do tempo e do espaço, devem constituir o conteúdo substantivo de qualquer plano de Educação Física. ... A ginástica, nos seu aspecto formal, é o instrumento de que o professor dispõe para obter movimentos mais amplos e completos, que concorram para a execução perfeita da atividade escolhida, seja esta o atletismo, o futebol, a natação, a capoeira, ou a dança."(MARINHO, 1984, p.143).

Trabalho de grande repercussão teórica, realizou um dos presidentes do Conselho Nacional de Desportos, João Lyra Filho no ano de 1973 com "Introdução à Sociologia dos Desportos".

Utilizando-se da civilização grega, inicia sua obra fundamentando-se na evolução histórica das competições, do jogo e da cultura.

Evidencia que desde muito cedo as competições sagradas e profanas tomaram um lugar tão importante na vida dos gregos que as pessoas deixaram de ter consciência de seu caráter lúdico.

Sob todos os seus aspectos e em todas as ocasiões, a competição tomara uma função cultural tão intensa que os gregos a consideraram perfeitamente habitual, como algo existente naturalmente.

Atenas e Esparta constituíram dois polos quase antitéticos; enquanto Atenas atribuía relevo simultâneo às atividades do espírito e do corpo, Esparta esmerou-se, preferencialmente, no preparo atlético dos seus habitantes livres ou escravos.(LYRA, 1973).

As regras das competições são interpretadas pelo autor como normas de cultura e os resultados obtidos são provas que dão medidas de cultura aos competidores e aos povos por eles representados.

Segundo LYRA, a importância do desporto está na possibilidade de se elevar o tom, a intensidade da vida do indivíduo ou do grupo, e considerá-lo no palco da cultura.

Considera que no jogo desportivo, joga-se para conseguir ganhar com a vitória a repercussão do próprio jogo. Ambiciona-se ganhar com o objetivo de revelar

superioridade e de fazer-se jus à fama , ao respeito, à idolatria dos adeptos, às homenagens públicas, até mesmo ao ingresso na História.(LYRA, 1973).

"O desporto,(...), envolve é a luta ou a competição condicionada às regras do jogo, que, conforme registrei, são normas de cultura desportiva. O desporto posto fora do plano de cultura, que compreende o instinto , a alma e o espírito, perderia a sua própria substância e converter-se-ia em atividade agonística."(LYRA, 1973, p.26).

Prossegue, afirmando que os desportos subsistirão, enquanto a cultura hoje sedimentada, representar o contexto da civilização.

À medida que uma civilização se vai tornando mais complexa, ampliando-se os fatores de desenvolvimento orgânico da cultura com o incremento das técnicas de produção, as mudanças de vida social, dos sistemas de pensamento e conhecimento, das doutrinas e normas de conduta, a referida cultura irá adquirindo lastros cada vez mais diversos e por via de consequência, ainda mais representativa será, dentro dela, a função social dos desportos, os atuais ou os que lhes sucederem.

Relaciona ainda a evolução dos desportos a partir do século XIX, quando as raízes da economia fortaleceram o progresso social dos povos e libertaram a cultura dos preconceitos religiosos.

Por quanto a economia se adensa para avigorar o bem-estar social, possibilitando à cultura novas fontes de sustento, mais se fortifica e projeta a sistematização universal dos desportos.(LYRA, 1973).

Para determinar as virtudes e a função do desporto, o autor utiliza-se dos seguintes argumentos:

"...pondo em jogo os atributos que amanhã aplicará em provas decisivas para o seu próprio destino, o jovem estará adestrando suas aptidões e armando o poder do autocontrole necessário ao êxito de suas lutas no estádio da vida(...). Os atributos enriquecidos pelo desportista, ou por quem tenha praticado desportos intensamente, poderão deslocar-se, mas estarão sempre presentes em sua vida. A história aponta exemplos sem conta de homens idosos que continuam a revelar nos sucessos da vida própria a influência desportiva cultivada na juventude e na maturidade. Os desportos enriquecem os

homens com uma cultura que os acompanha até a morte."(LYRA, 1973, p.32).

Incorporando-se à tendência e pertencente a um grupo de autores portugueses que tem lutado nos últimos anos pela renovação dos professores de Educação Física e pela fundamentação da Educação Física em moldes autenticamente científicos, Francisco Sobral questiona a função educativa do desporto, lembrando que entre uma ou outra ação com intenções formativas, pensa-se mais no futuro profissional de desporto do que no contributo que a Educação Física e o desporto devam dar para a formação da criança, do jovem e do adulto. Nesse processo, define que a "alfabetização desportiva", não deva ter como objetivo único o alargamento do número de praticantes desportivos. Ela tem que se preocupar com a qualidade educativa que se reveste na prática, de outra forma, estará presente o "projeto demagógico" de ampliação de praticantes com o objetivo de encontrar futuras "estrelas" para os espetáculos desportivos.(SOBRAL, 1985).

Para tanto, SOBRAL (1985) entende que cinco modalidades de educação concorram para satisfazerem necessidades que derivem da natureza biológica, psicológica e social do indivíduo: a educação corporal, intelectual, profissional, moral e cívica e a estética.

Em sua interpretação, o autor observa que toda a aprendizagem gestual; desde o mimetismo social aos jogos e exercícios de fortalecimento, das maneiras de andar até as técnicas profissionais, está incluída no domínio da educação corporal. Neste sentido, "a Educação Física é uma disciplina da educação corporal."(SOBRAL, 1985).

Define as áreas de atuação da Educação Física e as trata com os seguintes conteúdos:

- área da saúde e da higiene - a saúde é um dos mais antigos objetivos, tanto da Educação Física moderna como das práticas remotas do exercício físico. Aristóteles já recomendava a ginástica como meio de formar o corpo, antes mesmo da formação do espírito, e a medicina da Antiguidade foi pródiga em recomendações terapêuticas que prescreviam o exercício como remédio indispensável.
- área da aptidão física - o que se entende hoje por aptidão física e a atenção que lhe é concedida na Educação Física dos nossos dias, resulta precisamente do alargamento da noção de saúde. O objetivo da "aptidão física" inclui um acento filosófico, não se trata de usar o exercício físico como um remédio para repor o equilíbrio perdido, mas de incluí-lo numa concepção de vida e numa prática para sempre.

- área do lazer e da recreação - o papel da Educação Física nesta área consiste, fundamentalmente, em orientar a ocupação desses tempos livres para a prática dos jogos e desportos num ambiente de convívio, estimulando grande número de praticantes e reforçando as relações sociais ao nível da família, do grupo, do clube ou da comunidade, bem como fornecer as técnicas e outros conhecimentos que facilitem a inserção dos indivíduos em práticas de recreação lúdica e desportiva.

- área da prática desportiva - a Educação Física moderna não só consagrou o desporto como um dos seus meios legítimos de ação como ainda acentuou de tal modo o seu papel que bem se pode dizer, a Educação Física é, em grande parte, o "desporto pedagogicamente orientado". À Educação Física cabe não só o ensino dos requisitos impostos pela prática das diversas modalidades, como ainda a animação da sociedade escolar através do fenómeno desportivo a ela adaptado e a orientação do futuro praticante.

- área de expressão estética - ressalva-se como única limitação, a bagagem técnica do professor.

- área das aprendizagens escolares de base a importância da Educação Física na facilitação das aprendizagens escolares de base e na adaptação à vida escolar traduz-se no papel importante dos exercícios sensoriais e motores, na construção de

uma imagem corporal tão completa quanto possível, no jogo e na formação de uma atitude que facilite o trabalho do aluno.

- área da reabilitação física e motora - habilitar de novo o indivíduo, diminuído por qualquer motivo, para os gestos que lhe são naturais, é uma das mais antigas preocupações do "mestres" de ginástica e dos professores de Educação Física.
- área da educação especial - neste campo a Educação Física tem a cumprir as finalidades gerais da educação especial que são: desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais das crianças deficientes; desenvolver as faculdades de comunicação e facilitar a integração no meio escolar, familiar e social; promover a autonomia do indivíduo; facilitar a aquisição da estabilidade emocional e preparar a criança deficiente para uma formação profissional adequada às suas capacidades.(SOBRAL, 1985).

Sobral formula também uma classificação de objetivos para a Educação

Física:

1- Aquisição da aptidão física:

- a)-formação corporal visa o desenvolvimento harmonioso do corpo acompanhando o processo de crescimento da criança e do adolescente.
- b)-desenvolvimento funcional: tem por finalidade a melhoria das funções orgânicas, ampliando o potencial fisiológico do indivíduo.

- 2- Estruturação do comportamento motor: este objetivo reclama a aquisição e aperfeiçoamento das noções relativas ao próprio corpo e das modalidades de conduta motora.
- 3- Formação de uma cultura física: a cultura física, no sentido individual, cognitivo, traduz a posse de uma coleção de conhecimentos de ordem prática e teórica, relativos a uma multiplicidade de técnicas corporais de diversas índoles.(SOBRAL, 1985, pp.48-52).

Contribuição para este grupo de autores, encontramos no trabalho que propõe uma abordagem sociológica sistêmica para os problemas fundamentais da Educação Física, ou seja, a análise da política educacional, do sistema escolar, dos objetivos educacionais da Educação Física, do processo de ensino-aprendizagem, da personalidade humana e da sociedade.

Neste contexto, Mauro Betti elabora uma classificação da Educação Física de 1930 a 1945 (período do Estado Novo de Getúlio Vargas caracterizado pelo centralismo e intervencionismo na sociedade civil e na economia; o nacionalismo exacerbado); de 1946 a 1968 (reorganização do conceitos e ascensão do fenômeno esportivo); de 1969 a 1979 (a Educação Física escolar subordina-se ao processo de esportivização) e 1980 a 1986 (período de crise e questionamento educacional).(BETTI, 1991).

O autor analisa que por toda parte o panorama é quase o mesmo nas escolas de 1º e 2º graus: "professores despreparados e desmotivados, alunos abandonados nas quadras, programas reduzidos à prática do futebol, o esporte escolar elitizado e reprodutor, a Educação Física totalmente desvinculada do projeto educacional das escolas, ausência de planejamento e objetivos claros, comportamento docente ora autoritário ora omissivo. No sistema esportivo o contraste é ainda mais chocante: violência, desonestidade, especialização precoce, etc."(BETTI,1991).

Ao professor de Educação Física compete optar pelas várias possibilidades dentro do contínuo formado por cada variável e definido por duas "polaridades", o que será feito de acordo com suas convicções filosóficas sobre o homem, a sociedade, o papel da educação e o modelo de homem em mente, e em vista das opções feitas, escolher as estratégias adequadas ao desenvolvimento das atividades.(BETTI, 1991).

Ressalta sobre o discurso sócio-político, que lidera o processo de transformação na Educação Física brasileira atual:

"...propõe um modelo de personalidade que desenha um homem crítico, criativo e consciente, e os instrumentos disponíveis no processo ensino-aprendizagem para

acionar tais propostas são a polarização em torno da ludicidade, controle interno, não-formalidade, cooperação, flexibilidade das regras, solução de problemas e honestidade."(BETTI, 1991, p.167).

Uma quinta corrente de autores e respectivas publicações, foi associada ao perfil teórico traçado pelas obras como a do médico fisiologista da Força Aérea Americana e diretor do Laboratório Aeroespacial do Texas, Kenneth H. Cooper, datando sua primeira edição em 1968.

O autor preocupou-se, basicamente, com a aptidão física visando um nível satisfatório, e que a mesma estivesse ao alcance de todos, para que atletas, homens de negócios, estudantes e donas de casa sobrevivessem às atividades stressantes da civilização moderna.

E afirma que para um indivíduo desfrutar uma vida mais sadia, ele deve participar com regularidade de um programa de exercícios aeróbicos, com consentimento médico, controlar seu peso e eliminar o fumo. (COOPER, 1972).

"Qual é o objetivo final dos nossos estudos?"

Não sou anarquista, mas acho que gostaria de promover uma revolução aeróbica. (...); pistas repletas de corredores; piscinas cheias de nadadores; estradas

lotadas de ciclistas; quadras cheias de jogadores; na verdade, mais pistas, piscinas, caminhos e quadras. (...) Menos carros nas estradas e mais pessoas caminhando; disposição similar às 17:00 e as 7:00 hs; menos hospitais e clínicas de repouso; retomássemos um antigo modo de vida; gostaria de ver todos novamente tornarem-se pessoas ativas e não espectadores." (COOPER, 1972, p.173).

No Brasil , o método teve grande aceitação e foi introduzido na Escola de Estado Maior do Exército, no Batalhão de Guardas, no Batalhão de Polícia do Exército e na Base Aérea de Brasília, sendo que sua aplicação no futebol foi tida como um dos fatores responsáveis pela conquista do Tri-campeonato mundial no México em 1970, e também passou a ser considerado "um eficaz meio para se continuar vivendo, no sentido profundo da palavra, isto é , saudáveis de corpo e espírito." (COOPER, 1972).

José Roberto Borsari, em co-autoria com demais professores, produziu, na década de 1970, cinco volumes que tratavam de conteúdos a serem desenvolvidos pela Educação Física. Dentre eles, distribuíram-se nos volumes, o atletismo, os primeiros socorros, o handebol, o basquetebol, o voleibol, o futebol de campo e

salão, a natação, o judô, o karatê, o tênis e as técnicas de aprendizagem e treinamento.

O conjunto desse material recebeu o título de "Manual de Educação Física", e tem, no desenvolvimento moral, lugar de primeira importância na descoberta da liberdade, no "acordar" da inteligência e no aprendizado do raciocínio. (BORSARI e outros, 1977).

A Educação Física recebe a seguinte finalidade:

"Esta terá por fim principal permitir ao adolescente encontrar seu ritmo biológico e adquirir a força vital (que não é necessariamente mero crescimento muscular) necessária à obtenção do equilíbrio. Revelar o corpo a criança é a finalidade principal da educação física. (...)

Esta é a finalidade da educação física: preparar o complexo somático para se harmonizar com o espírito e tornar o homem apto a viver em seu corpo como em sua alma, de tal forma que a felicidade lhe seja acessível."

(BORSARI e outros, 1977, p. 02).

Na sua introdução, a obra demonstra que vivemos um mal, ou seja, a tensão nervosa. E que nesse aspecto a Educação Física, principalmente através das

atividades esportivas, e do emprego inteligente das horas de lazer, entra com primordial importância, para compensar a unilateralidade do nosso trabalho.

As práticas esportivas servem como "elemento relaxador" da tensão e "válvula de escape para músculos ansiosos e impulsos contrariados." (BORSARI e outros, 1977).

Outra composição fez José Roberto Borsari com os professores Ivo Jordano, Thales Bon e Dante de Rose Jr., resultando em um trabalho baseado na constatação de que a realidade tem demonstrado que é nas aulas de Educação Física e nos esportes que os alunos vivem experiências de real valor para a vida cotidiana, procedendo de forma natural e deixando transparecer suas qualidades, deficiências e necessidades. (BORSARI e outros, 1980).

A partir daí, traçaram etapas a serem percorridas pela Educação Física da pré-escola à universidade; onde no 2º grau, a especialização já é destacada para atingir um alto nível na próxima etapa acadêmica.

Para os que não atingem o nível de especialização, estão estruturados programas de iniciação e recreação desportiva, objetivando o atendimento de todos os alunos a partir de sua "capacidade e interesse".

Todas essas fases da Educação Física devem respeitar os seguintes objetivos:

"1) Desenvolver atividades físicas e esportivas compatíveis com a idade, habilidades motoras, interesses, necessidades e capacidades, concorrendo para o desenvolvimento global dos educandos.

2) Desenvolver o interesse pela prática das atividades físicas, da ginástica, dos esportes e das atividades recreativas de forma organizada.

3) Desenvolver a eficiência física, orgânica e de habilidade, o controle do corpo e dos segmentos, as atitudes e a sociabilidade na prática das atividades esportivas.

4) Desenvolver uma forma pessoal e natural de expressão corporal esportiva.

5) Desenvolver as atividades físicas, a ginástica, o esporte, a recreação e as atividades complementares dentro de critérios de continuidade e crescimento da ação educativa.

6) Desenvolver noções e conhecimentos sobre higiene, saúde, aquecimento, ginástica, esportes, recreação,

atividades complementares, organização e direção de jogos, torneios e campeonatos.

7) Desenvolver e adquirir os valores da área e da escola.

8) Desenvolver e aplicar as habilidades propostas pela escola para os vários níveis." (BORSARI e outros, 1980, p. 09).

Outro autor de apropriação forte nesta tendência é Valdir José Barbanti, que em seu primeiro livro, especificou que o propósito do mesmo era dar a conhecer tanto aos técnicos desportivos como aos professores de Educação Física, algumas idéias sobre o Treinamento Desportivo que lhe foi possibilitado conhecer em três estágios técnico-desportivos realizados na República Federal da Alemanha, por projeto do DED-MEC.

Este trabalho forneceu conceituações sobre a terminologia específica da área, esclarecimentos à cerca das qualidades físicas, motoras e psíquicas e definições de planejamento, periodização e avaliação de treinamento.(BARBANTI, 1979).

Especificamente sobre Treinamento Desportivo, forneceu-nos:

"É a soma de todos os estímulos realizados em um determinado espaço de tempo levando as modificações funcionais e morfológicas do organismo, ou seja, uma

adaptação objetivando elevar um rendimento."(BARBANTI, 1979, p.33).

Em sua segunda obra, Barbanti defende o conhecimento técnico-científico do movimento de alto nível e a ciência como elemento de acessoria à Educação Física e aos esportes.

Sua preocupação é centrada no porquê e o que acontece durante o treinamento; e seus objetivos com o Treinamento Desportivo são:

"Preparar esportistas para níveis elevados de rendimento. Ele tem natureza planejada e sistemática, que se reflete pelos planos de treinamento, que são traçados de acordo com os princípios científicos e pelas experiências adquiridas na prática."(BARBANTI, 1986, pp.01-02).

Dentro desta concepção, houve um período marcado pelas produções que obtiveram apoio nos diversos setores do Ministério da Educação e Cultura.

Uma obra que recebeu destaque foi o livro "Terminologia da Educação Física e Desportos" onde encontramos várias definições, como as de Educação Física e Treinamento Desportivo, respectivamente:

"atividade que avalia sistematicamente o conjunto das formas de praticar os exercícios com o fim de aumentar, principalmente, o potencial biológico do homem, de acordo com as necessidades sociais."(FANALLI, 1981, pp. 19-20).

"processo pedagógico de adaptação do organismo humano aos esforços físicos e psíquicos intensos, sistematicamente desenvolvidos e continuamente graduados, com o fim de obter melhores resultados numa das formas de prática competitiva dos exercícios físicos."
(FANALLI, 1981, p. 23).

O autor contextualiza seu estudo sobre Educação Física, como um componente da cultura universal, que sintetiza as categorias, as legitimidades, as instituições e os bens materiais criados para a valorização do exercício físico com o fim de aperfeiçoar o potencial biológico e, implicitamente, espiritual do homem.

Na aplicação de seus conceitos, Fanalli fundamentou-se na pedagogia do movimento como sendo o "domínio da pedagogia que estuda as leis e princípios instrutivos-educativos do ensino e aperfeiçoamento dos atos motores".(FANALLI, 1981, p. 57).

Em 1968, a divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, através de Lamartine Pereira da Costa, editou a "Introdução à Moderna Ciência do Treinamento", e nas suas primeiras páginas, mostra o consenso dos centros mais adiantados, que no futuro a metodologia da Educação Física terá por base os cânones do que hoje chamamos Treinamento Desportivo, e assim o aceita como conteúdo:

"Treinamento Total é uma filosofia de apreciação da atividade desportiva - não importando a especialidade - em todos os seus fatores de influência: através de uma programação racional, procuram-se desenvolver as técnicas e as qualidades físicas, buscando apoio numa atitude psicológica favorável, na alimentação apropriada, no regramento dos hábitos de vida, na adaptação social adequada e no planejamento coerente das horas de lazer."(COSTA, 1968, p.17).

Em 1978, o departamento de divulgação e documentação do Ministério da Educação e Cultura publicou o caderno "Treinamento Desportivo" que, fundamentalmente, foi contextualizado dentro dos parâmetros conceituais de

Educação Física e de Desportos da Escola de Educação Física do Exército, tidos como os "mais recentes sobre o assunto". (ROCHA e CALDAS, 1978).

Os autores definem Treinamento Desportivo como sendo "as medidas que produzem certos fenômenos de adaptação ao interior de um organismo." (ROCHA e CALDAS, 1978, p.16).

Na produção de Manoel José Gomes Tubino, o desporto é tido como uma ciência de caráter integral que compreende, no seu relacionamento, várias outras ciências. Assim o seu desenvolvimento, cada vez maior, depende da investigação científica dentro das áreas de trabalho como a "Medicina do Esforço, da Biologia, da Psicologia, da Sociologia, da Teoria de Treinamento e do Movimento". (TUBINO, 1984).

O autor trata Treinamento Desportivo "como um processo em que o homem é submetido, e no qual chegará através das atividades desportivas à plenitude do seu potencial biológico, sem deixá-lo caracterizado como simples meio de um fim, mas sim resultado de todo um contexto de meios extraordinários referenciados em investigações destinadas à evolução do homem. O Treinamento Desportivo tem em vista os mesmos fins que a Educação Física, isto é, o desenvolvimento das qualidades básicas (força, destreza, resistência, domínio do corpo, inteligência de situações, etc)

para depois objetivar a melhoria das qualidades essenciais da modalidade desportiva em preparação." (TUBINO, 1984, pp. 28-29).

Frente às definições das escolas de Cuba, da Alemanha e da França, Tubino resume seu conceito de Treinamento Desportivo para a Educação Física:

"... conjunto de meios utilizados para o desenvolvimento das qualidades técnicas, físicas e psicológicas de um atleta ou de uma equipe, tendo como objetivo final colocá-lo(a) na forma projetada na época certa da performance." (TUBINO, 1984, p.35).

Aliados aos conteúdos de Tubino, encontramos uma corrente de autores representada na obra de DANTAS (1985), que divulga ser a prática da preparação física (entenda-se Educação Física) uma filosofia que fundamenta o desempenho dos técnicos e preparadores pelos conceitos da Fisiologia do Exercício, e define seu paradigma como:

"O conjunto de procedimentos e meios utilizados para se conduzir um atleta à sua plenitude física , técnica e psicológica dentro de um planejamento racional, visando executar uma performance máxima num período determinado." (DANTAS, 1985, p.03).

Concluindo, na sexta e última tendência utilizamos trabalhos imbuídos das mesmas determinações, bem representados pelo grupo de profissionais da Educação, Lino Castellani Filho, Carmem Lúcia Soares, João Batista Freire, Jocimar Daólio e Jorge Sérgio Gallardo Perez, que através da Secretaria do Ensino do Segundo Grau - SESG, da Coordenadoria para articulação com Estados e Municípios - COEM e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tiveram a incumbência de repensar a estrutura organizacional da instituição escolar brasileira, buscando definir novas diretrizes gerais para o ensino de 2º grau, lidando para tanto, com a questão do Núcleo Comum.

"... encontra-se na necessidade de estabelecermos uma proposta que perceba a Educação Física enquanto um componente curricular, nem mais nem menos que os demais e que, junto com eles, a partir do corpo de conhecimento que lhe é próprio, busque fazer com que os objetivos educacionais sejam alcançados."

(CASTELLANI FILHO e outros, 1988, p. 05).

Os autores definem Educação Física como área do conhecimento responsável pelo estudo acerca dos aspectos sócio-antropológicos do movimento humano, tratando movimento com uma dimensão humana e cultural, uma vez que

extrapola os limites orgânicos e biológicos onde comumente se enquadra a atividade física. (CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

O grupo visa organizar a Educação Física escolar de maneira a deslocar-se o eixo da ação pedagógica, da busca da aptidão física para a da solidificação dos valores próprios à Consciência Corporal, Cultura Corporal e Esportiva do aluno - elementos necessários à sua preparação para o exercício pleno da cidadania, conforme pensam ser a função da escola de 2º grau desenvolver. (CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

Quanto às aulas de Educação Física e turma de Treinamento Desportivo, entendem que hoje são espaços utilizados quase que somente para passar aos alunos as regras do jogo das diversas modalidades esportivas, a serem por eles, memorizadas; e nas práticas, momentos de se buscar a performance físico/esportiva. Se esta função se fizer presente no espaço institucional escolar, afirmam que certamente, não deverá ser através da Educação Física enquanto componente curricular, mas, sim, como atividade extra-classe, em ações desenvolvidas em horários que não os de aula.

Tanto as aulas teóricas quanto as práticas deverão ser entendidas como espaços não estanques e distintos, mas sequenciados e complementares da busca de

formação crítica da consciência corporal do aluno. (CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

Alguns conceitos são necessários ao entendimento da proposta.

Consciência corporal: " é a sua compreensão a respeito dos signos tatuados em seu corpo pelos aspectos sócio-culturais de momentos históricos determinados." (CASTELLANI FILHO e outros, 1988, p. 07).

Cultura: " espaço vital que os Homens constroem; locus onde projetam suas aspirações, num constante esforço de perceber-se no mundo, relacionando-se com aquilo que os rodeia." (CASTELLANI FILHO e outros, 1988, p. 20).

Cultura corporal: " a via de perseguirmos de maneira consequente, consciente, um corpo saudável." (CODO e SENNE, 1985, p. 15, apud CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

Cultura esportiva: "engloba tanto a incorporação do que já foi construído no passado, como constitui uma contínua criação presente. Portanto, é, como toda herança cultural, transmitida e transformada de acordo com os objetivos de um movimento mais amplo que envolve a sociedade em seu conjunto." (CASTELLANI FILHO e outros, 1988, p. 22).

O texto explicita que à Educação Física cabe o processo de compreensão e explicação, buscando com esse proceder, dar sua parcela de

contribuição, para o despertar nos alunos, daquela consciência corporal que os permitam perceberem-se no mundo em que vivem e de posse dessa consciência, interferirem criticamente , no processo de construção da sociedade brasileira. (CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

Reivindicam, através da proposta , que a Educação Física passe a ser reconhecida como matéria curricular presente na instituição sob a forma de DISCIPLINA , que, segundo os documentos legais, significa estabelecer o processo de aprendizagem predominantemente a partir de conhecimentos sistematizados. Em outras palavras, querem que sua prática pedagógica seja verdadeiramente uma expressão de uma reflexão teórica. (CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

Sobre os conteúdos, sugerem valer-se das práticas corporais que se apresentam em nossa sociedade e que, por questões de ordem sócio-econômica, não são vivenciadas por aqueles que em sua maioria frequentam as escolas públicas, já que as mesmas não chegaram a ser incorporadas ao conteúdo programático da Educação Física escolar.

Referem-se, especificamente, às práticas como a antiginástica , a aeróbica, a biodança, ao yoga, ao tai-chi-chuan e as danças em geral. Além dessas, incluem-se também o trabalho propriamente dito e realizado através das modalidades esportivas, em uma incursão na história, para que se venha a compreender a

constituição da Cultura Esportiva brasileira, sua disseminação e incorporação pelos diversos segmentos de nossa sociedade. (CASTELLANI FILHO e outros, 1988).

"..., não afastamos - longe disso - a necessidade de possibilitarmos aos alunos, o vivenciar, através das diversas modalidades existentes, uma maior gama de possibilidades de se movimentarem, atendendo às peculiaridades que cada esporte carrega em si. Apenas entendemos imprescindível, a coexistência de 'momentos de jogo' com 'momentos de se pensar o jogo'."
(CASTELLANI FILHO e outros, 1988, pp. 26-27).

E resumem:

"..., mais do que adotarmos 'uma outra proposta pedagógica'; estamos de fato, assumindo um compromisso político de contribuir, com nossa prática profissional." (CASTELLANI FILHO e outros, 1988, p.34).

Contribuindo com a tendência encontramos Paulo Ghiraldelli Júnior afirmando em suas publicações, existirem correntes que defendem que o professor de Educação Física seja "um educador, um profissional da área paramédica ou um

cientista do movimento humano". Afirma o autor que o erro cometido está em se tomar a função diária do profissional da Educação Física, de acordo com sua colocação no mercado de trabalho.

O profissional da Educação Física, independentemente da especialidade do seu trabalho nas escolas, nos hospitais, clubes ou academias, é antes de tudo um intelectual que expõe, amparado em Gramsci, o seu papel, desenvolvendo-se no sentido de organizar, sistematizar e mesmo elaborar o pensamento do grupo social ao qual está organicamente ligado, através da relação do corpo com o movimento. (GHIRALDELLI, 1987).

Em outra obra, Ghiraldelli expõe que o objeto da Educação Física é determinado como sendo o "movimento humano parametrizado", ou seja, uma concepção que toma as determinações sobre o corpo como importantes, porém, derivadas das transformações históricas e geográficas que ocorrem com o movimento corporal, levando em conta os conteúdos da Educação Física. Quanto à origem dos conteúdos, o autor os divide em três grupos: do interior da Educação Física (basquetebol, voleibol); provindos de situações culturais (judô, capoeira) e de condições da sociedade capitalista (aeróbica, desporto-espetáculo). (GHIRALDELLI, 1991).

O autor visualiza duas tendências para a Educação Física, a saber: uma Tendência Racionalista, que critica o movimento; uma Tendência Irracionalista onde se enaltecem as práticas alternativas (ambas consideradas limitadas) e propõe uma terceira que fundamenta a Educação Física Crítica na historicização dos conteúdos.(GHIRALDELLI, 1991).

Engrossando o coro desses autores, encontramos um trabalho fundamentado na crítica à estruturação social, política e econômica do Brasil, sustentando a proposta do "surgimento do HOMO SPORTIVUS comunista ", que inspirado na filosofia marxista-leninista, tende a superar o " HOMO SPORTIVUS burguês " (origem liberal e de criação de Manoel Jose Gomes Tubino) e excluir o " HOMO FAMINTUS " (fruto da expropriação produzida no sistema capitalista periférico). (FREITAS, 1991).

Esse conteúdo é desenvolvido com grande propriedade na obra "A Miséria da Educação Física", levantando-se questionamentos veementes sobre políticas educacionais e posicionamentos partidários frente aos problemas nacionais.

"Para nós, usando como linha de ação este postulado marxista, só após a superação das relações de produção capitalistas e o pronto e inequívoco estabelecimento de novas relações de produção, onde todas as etapas do

processo produtivo sejam socializadas e onde predominarão 'a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho', é que poderemos falar da perpetuação e reprodução massiva do verdadeiro HOMO SPORTIVUS, a negação do HOMO SPORTIVUS burguês, individualista, coisificado e descomprometido com o futuro do proletariado e trabalhadores do mundo todo."
(FREITAS, 1991, p. 149).

Para finalizar temos o projeto de Carmem Lúcia Soares, Celi Nelza Zulke Taffarel, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht, que desenvolveu uma "Metodologia do Ensino de Educação Física" com o seguinte objetivo:

"... fornecer elementos teóricos para a assimilação consciente do conhecimento, de modo que possa auxiliar o professor a pensar autonomamente. A apropriação ativa e consciente do conhecimento é uma das formas de emancipação humana." (SOARES e outros, 1992, p. 17).

Resumem sua proposta nos ciclos de aprendizagem que compreendem a Educação Infantil (pré-escola); a organização e identificação da realidade (1ª a 3ª séries); a iniciação à sistematização do conhecimento (4ª a 6ª séries); a ampliação da sistematização do conhecimento (7ª a 8ª séries) e, ao aprofundamento da sistematização do conhecimento (1º ao 3º colegiais). (SOARES e outros, 1992). As aulas, respeitando essa proposta, tendem a aproximar o aluno da "percepção da totalidade das suas atividades, uma vez que lhe permite articular uma ação (o que faz), com o pensamento sobre ela (o que pensa) e com o sentido que dela tem (o que sente)." (SOARES e outros, 1992, p.87).

Sobre a função do professor:

"Nos diferentes níveis do ensino fundamental e médio, o professor irá desenvolver o conhecimento técnico do aluno, sem que isso signifique exigir dele, necessariamente, níveis de execução de alta qualidade técnica. É claro que, se alguns alunos vierem a se interessar e desenvolver condições para tal, poderão treinar até atingir esses níveis, enquanto outros serão orientados pelo professor dentro das possibilidades

individuais, sem negar conhecimentos mais amplos e profundos." (SOARES e outros, 1992, p.86).

Dentre os conteúdos selecionados para a metodologia, encontramos o jogo (brincar e jogar são sinônimos em diversas línguas) como uma invenção do homem, um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam num processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente; o treinamento como um processo essencialmente pedagógico, e o esporte como sendo uma produção histórico-cultural, subordinada aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade.(SOARES e outros, 1992).

Afirmam os autores que o conhecimento da técnica não é, em absoluto, dispensável. Contudo, afirmar a necessidade do domínio das técnicas de execução dos fundamentos das diferentes modalidades esportivas não significa polarizar o pensamento em direção ao rigor técnico do esporte de alto rendimento.

As técnicas devem ser compreendidas como instrumentos necessários de um jogo, de uma série de ginástica e de passos de uma dança, entretanto, assinalam que, durante a execução, o que prevalece na consciência do executante é o resultado que essas técnicas têm para o sucesso do jogo, da série de ginástica ou dos passos da dança. (SOARES e outros, 1992).

CLASSIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Da seleção e da análise dialética de 32 obras de 27 autores construímos um quadro teórico de classificação das tendências da Educação Física.

Para sua determinação, consideramos tendências e concepções como "determinadas orientações gerais à luz das quais e no seio das quais se desenvolvem determinadas orientações específicas, entendidas como correntes". (SAVIANI, apud MENDES, 1987, p.19).

Ao falarmos em classificação, estamos cientes que a mesma pressupõe, entre outros processos para realização de suas várias etapas, uma análise e uma síntese e que tais processos compõem sua lógica de estudos e de construção.

A análise deve ser entendida como um processo de decomposição das partes constitutivas de um objeto material, um conceito ou um texto; e a síntese como um processo lógico de recomposição da análise, permitindo-se, assim, a constituição de sua totalidade em sentido uno e global.(SEVERINO, 1993).

"A compreensão das coisas pela inteligência humana parece passar necessariamente por três momentos, ou seja, para se chegar a compreender intencionalmente um objeto, é preciso ir além de uma visão meramente indiferenciada de sua unidade inicial, tal como a temos

na experiência comum, uma consciência das partes: é preciso dividir, pela análise, o todo em suas partes constitutivas para que, então, num terceiro momento, se tenha consciência do todo, tendo-se plena consciência das partes que o constituem: é a síntese." (SEVERINO, 1993, pp. 151-152).

No processo de construção da classificação, existe também uma lógica de raciocínio que consiste em obter um novo conhecimento a partir de um antigo, é a passagem de um conhecimento para outro mostrando a fecundidade do pensamento humano.

Para tal, nos utilizamos da indução ou do raciocínio indutivo, onde a primeira fase, chamada de antecedente, é composta de dados e fatos particulares e a outra fase, a consequente, comporta uma afirmação mais universal ou geral.

No caso da indução através da análise de fatos característicos, representativos e concretos, buscamos a generalização daquela norma, regra ou classificação em toda sua extensão e totalidade. (SEVERINO, 1993).

Dentro de uma classificação, está presente a formação de conceitos e de juízos.

A formação de um conceito deve ser entendido como o início do processo de construção do conhecimento humano, sendo que o conceito representa a imagem mental, ao nível da inteligência, por meio da qual se garante uma referência intencional direta da realidade. (SEVERINO, 1993).

Para se exprimir um conceito é necessário defini-lo, e no processo de definição é levado em conta a sua compreensão (conjunto de características e propriedades específicas) e a sua extensão (amplitude atingida pela compreensão) para se elaborar uma divisão ou classificação. (SEVERINO, 1993).

Assim desenvolvendo, estamos superando o "conceber conceituando", porque o conhecimento resultante formulará um juízo pelo qual se caracteriza a realidade constatada.

Isto posto, nos deteremos na análise da construção de cada tendência.

A primeira tendência denominamos de HIGIENISTA, pois observamos, em determinados autores a preocupação maior em aportar na Educação Física toda responsabilidade da saúde pública e de resolver as questões básicas da sociedade através do processo de higienização coletiva sustentada em planos educacionais e no reconhecimento da Medicina.

Este procedimento presente desde o início da década de 1920, fundamentou-se em suposições de que a escola como núcleo da sociedade difundiria todos os conceitos de vida sadia, de modo a atingir o individual e o coletivo.

Independentemente do número de escolas existentes e de alunos que as frequentassem, o princípio assistencial, caracterizado na tendência higienista, realizava em parte a eugenia coletiva através da "promoção da saúde" em concordância com a ideologia política e o modelo econômico do bloco histórico vigente na momento.

A tendência higienista representa fortemente a função social determinada à Educação Física, e dificilmente encontramos autores até a década de 80 que mesmo não sendo exclusivos da concepção, não apresentem em suas publicações características pertinentes à índole da educação higiênica.

Podemos citar entre os autores levantados em nossos pressupostos teóricos, os que conceituam a Educação Física em convergência com os indícios da tendência:

FERNANDO AZEVEDO (déc.20): higienização amparada pela Medicina.

INEZIL P. MARINHO (1953): atividade favorável à saúde, hábitos sociais e morais.

A. SCHERMANN (1958): conceitos fundamentados nos princípios da eugenia.

A. GUILHERME (déc.60): método que proporciona saúde.

LAMARTINE P. COSTA (1968): atividade que controla a alimentação e proporciona hábitos saudáveis de vida aos seus praticantes.

K. COOPER (1972): proporcionar melhor qualidade de vida, mais sadia e duradoura, sendo saudável de corpo e espírito.

J. LYRA F. (1973): procedimentos que educa o instinto, purifica o sentimento e valoriza o espírito.

M. DAIUTO (1983): atividade tida como fonte de saúde e distração.

F. M. PEREIRA (1988): a Educação Física está ligada diretamente com a vida saudável.

A segunda tendência constatada, denominamos de MILITARISTA, ou seja, relacionamos autores que formaram correntes no decorrer da história da Educação Física, amparados no objetivo da evolução do homem através dos princípios biológicos e militares.

Esses objetivos seriam atingidos se a disciplina e o contexto militar fosse desenvolvido a contento no interior das escolas e, especificamente, nos conteúdos da Educação Física.

A tendência militarista teve seu destaque no período compreendido pelas guerras mundiais e nesse clima, deu-se valor intenso a educação de caráter nacionalista e patriótico.

A Educação Física absorveu perfeitamente essas características e proporcionou a seus educandos o estoicismo desejado a um cidadão cômico de suas obrigações com a sociedade.

Comparações das adversidades cotidianas e suas superações, através da disciplina e dedicação, eram contextualizadas na educação dos jovens "soldados", onde a seletividade recebia destaque no processo educacional.

A tendência militarista tal como a higienista, teve um grande período de dominação no contexto ideológico-pedagógico, sendo que atualmente é possível encontramos práticas escolares e diretrizes legislativas sustentadas nos parâmetros do militarismo (ANEXOS).

Citamos alguns autores de características pertinentes à concepção:

JAYR J. RAMOS (1937): formação biológica amparada em conceitos militares.

INEZIL P. MARINHO (1953): atividade destinada aos necessitados onde os principais são os gordos, os fracos, os jovens e as mulheres; meio de formação e preparação para a vida.

A. SCHERMANN (1958): preparo para a defesa do solo pátrio.

A. GUILHERME (déc. 60): atividade formadora de integridade moral através da disciplina e dos conceitos militares.

K. COOPER (1972): método elaborado nas forças armadas americanas com propósitos seletivos e avaliativos.

J. LYRA F. (1973): modelador do homem estruturando-o no espírito militar e religioso.

MANOEL J. G. TUBINO (1984): metodologia desenvolvida visando a evolução do homem.

A terceira tendência a ser analisada é a SÓCIO-PEDAGÓGICA, e nesta concepção afigura toda apologia da formação moral, intelectual e social através da obra educativa, do trabalho social e da atividade física, ou seja, é a proclamada "formação integral do educando".

A instituição escolar e a pedagogia são os sustentáculos desta tendência, que a partir do pedagogicismo americano dos anos 60 de Rogers e Neil por exemplo, procurou associar ou harmonizar os interesses dos alunos com os ideais da sociedade e sua estabilização.

Dentro da "nobreza" do ensino e seu corporativismo assumido, alguns autores vislumbravam soluções sociais através da Educação Física e seus processos pedagógicos exclusivos das escolas.

Assim, a educação desportiva e a ludicidade comportaria uma atitude social-pedagógica do desporto, da Educação Física escolar e ainda possibilitaria uma "fuga" da neutralidade político-cultural instalada no período em questão.

Obras, autores e suas conceituações que contribuíram e determinaram a concepção sócio-pedagógica:

F. AZEVEDO (déc. 20): princípios humanísticos em um plano geral de educação.

A. GUILHERME (déc. 60): determina o local de vazão das tendências da personalidade.

TEIXEIRA e MAZZEI (1961): meio seguro de se conseguir a diminuição da tensão que vive o homem atual.

H. V. TEIXEIRA (1978): formação integral do educando onde suas capacidades terão que atingir níveis determinados de conhecimentos, habilidades e atitudes.

M. DAIUTO (1983): procedimentos pertencentes à escola devendo, portanto ser, pedagogicamente, orientado e dirigido.

F. SOBRAL (1985): processo de alfabetização desportiva que se preocupa com a qualidade educativa em que se reveste a prática; fundamenta-se no desporto orientado, pedagogicamente, sem se perder na obsessão de ter como objetivo final a formação de atletas.

FLÁVIO M. PEREIRA (1988): processo que determina como fundamental o elemento educativo atuando no processo de problematização social, questionando a realidade e a neutralidade político-cultural.

J. P. S. MEDINA (1991): busca a humanização do ser humano através da pedagogia da libertação do corpo sendo sustentada pela Educação Física.

Íntimamente ligada à tendência sócio-pedagógica está a quarta tendência, a que chamamos de ESTRUTURALISTA-SISTÊMICA.

Para entendermos a tendência estruturalista-sistêmica, e também diferenciá-la da tendência sócio-pedagógica, convém analisarmos o termo.

Segundo SAVIANI (1989), estruturalista é o que está vinculado "à própria textura da realidade" e sistêmica implica "na ordem que o homem impõe à realidade."

Do contexto extraído das obras analisadas, não percebemos, com raras exceções, a ação do "sujeito objetivamente prático" interferindo na realidade social,

mas somente um movimento recíproco de sistemas e das "estruturas autônomas", como define KOSIK (1989).

Portanto, partimos da constatação de um reacionarismo liberal instaurado nas estruturas e nos sistemas para definirmos a tendência, ou seja, alterações nos padrões e conceitos sociais são estimuladas, legalmente, através da Educação Física que reflete as relações do bloco histórico, mas não determina a ação prática do homem, simplesmente o oculta na autonomia dada às estruturas que direcionam a sociedade.

Nessa perspectiva, encontramos os seguintes autores que em pouco diferem do contexto:

INEZIL P. MARINHO (1953): anseio por determinadas alterações no padrões conceituais atuantes na sociedade. (1956): construção de um paradigma que afirmasse o processo de inserção política e econômica do Brasil no quadro das grandes nações. (1984): propõe alterações terminológicas para afirmar a Educação Física no meio filosófico educacional.

A. SCHERMANN (1958): atividade que permite o mascaramento da realidade, a igualdade entre diferentes raças, credos, convicções e religiões.

K. COOPER (1972): busca recuperar um antigo modo de vida, proporcionar pessoas mais ativas e menos espectadoras; aumento da capacidade produtiva profissional.

J. LYRA. F. (1973): o abandono do lúdico e a competição dando a possibilidade de obtenção de respeito, ascensão social-financeira, idolatria e ingresso na História. Relação entre cultura e desporto fundamentada no processo de evolução e desenvolvimento da economia.

M. DAIUTO (1984): metodologia que prevê em uma quantidade bem orientada, um resultado de melhor qualidade.

F. SOBRAL (1985): questionamento da Educação Física e do "projeto demagógico" que determina, implicitamente, a estrutura social e perpetua objetivos não desejados a área.

A quinta tendência é a TÉCNICO-CIENTÍFICA, sendo que seu paradigma está centralizado na busca da cientificidade da Educação Física, para atingir-se o reconhecimento da área e também o melhor nível de rendimento físico.

Vários trabalhos encontrados determinaram essa concepção e em alguns autores existe a intenção de teorizar a Educação Física como tendo os mesmos objetivos do Treinamento Desportivo.

Ocorre, então, um processo de investigação científica concomitante com a utilização dos conhecimentos das áreas afins como: a Fisiologia do Exercício, a Biomecânica, a Medicina, direcionada para a melhor performance dos movimentos técnicos e o desenvolvimento da aptidão física de alunos, trabalhadores e mulheres, submetidos à atividades stressantes diárias.

Basicamente, a tendência técnico-científica sofreu influência do processo de industrialização que se instaurava na sociedade, e seus princípios de linha de produção, qualidade e produtividade, foram sendo refletidos e incorporados pelo sistema educacional.

Nessa estrutura o destaque maior foi dado aos resultados que eram verificados através do processo de competições, o que se assemelhava em muito com a ideologia política dominante.

Para tanto, a Educação Física concentrou seus estudos no planejamento, na especialização e na avaliação das atividades fundamentais do Treinamento Desportivo, onde as adaptações orgânicas, morfológicas e psicológicas permitiam atingir níveis mais elevados de performance e rendimento.

Fundamentam a tendência os seguintes autores:

F. AZEVEDO (déc.20): resistência e superação humana associada aos conceitos da biologia e da psicologia.

LAMARTINE P. COSTA (1968): trabalho que visa ao desenvolvimento das técnicas e das qualidades físicas.

K. COOPER (1972): estudo científico que propõe a 'revolução aeróbica' desenvolvendo a aptidão física de seus praticantes.

P. S. ROCHA (1978): o trabalho deve ser desenvolvido para produzir adaptações no organismo.

VALDIR J. BARBANTI (1979): especialização física, psíquica e educacional para obtenção de resultados; objetivos sustentados nas adaptações funcionais e morfológicas advindas da elevação do nível de rendimento. (1988): programas que visem a preparação para níveis de rendimento físico, técnico, intelectual, psicológico e moral, todos tendo natureza planejada, sistemática, científica e experiência prática.

OTÁVIO A. A. CATTANI FANALLI (1981): processo de adaptação aos esforços físicos e psíquicos para obtenção de resultados em competições.

MANOEL J. G. TUBINO (1984): processo destinado à plenitude do potencial biológico e rendimento psicomotor; fundamenta-se na 'ciência de caráter integral', dependendo de pesquisas no campo da Medicina, Biologia, Psicologia e Sociologia; objetiva performance e desenvolvimento das qualidades básicas.

ESTÉLIO H. M. DANTAS (1985): procedimentos e meios fundamentados na Fisiologia de Exercício, que conduzem à plenitude física, técnica e psicológica e visem à performance máxima.

FLÁVIO M. PEREIRA (1988): trabalho de competência técnica, intelectual, moral e social, visando o aperfeiçoamento morfo-funcional e psíquico com a superação de si mesmo ou dos adversários na forma de record ou resultados.

A sexta e última tendência é a HISTÓRICO-CRÍTICA, onde a constatação comum entre os autores analisados é a crítica à Educação Física, enquanto atividade predominantemente voltada aos aspectos físicos e biológicos.

São produções que avaliam o momento histórico da Educação Física e propõe novas diretrizes para a área na busca da superação teórica.

Encontramos propostas sempre fundamentadas nos processos de conhecimento histórico e cultural, determinando a emancipação de pensamento, o deslocamento paradigmático da aptidão física para a consciência corporal e a organização e a sistematização da sociedade através da relação do corpo e do movimento.

O grupo de autores que determinam a concepção é tido como progressistas a partir do momento que detectam condições insatisfatórias à Educação Física, e através deste descontentamento, assumem posturas de intelectuais orgânicos

e desenvolvem novas teorias, também sujeitas às críticas, para o avanço da Educação Física e de sua função social.

A tendência histórico-crítica pressupõe um processo de análise crítica, desde conteúdos e objetivos até as metodologias, onde através da busca histórica e cultural se direcionam outros procedimentos e mudanças paradigmáticas.

Alguns autores que deram aporte à concepção:

J. LYRA F. (1973): busca uma elevação da intensidade cultural, citando os antigos gregos, aliando-se o desporto à evolução econômica na libertação dos preconceitos religiosos.

P. GHIRALDELLI J. (1987): organizar, sistematizar e elaborar o pensamento do grupo social através da relação corpo-movimento. (1991): determinações sobre o corpo derivadas das transformações históricas.

LINO CASTELLANI F. (1988): deslocamento do eixo paradigmático da aptidão física para a consciência corporal, cultura corporal e cultura esportiva, baseado na Educação Física enquanto disciplina de conhecimentos sistematizados.

FLÁVIO M. PEREIRA (1988): transformação da realidade através de ações concretas que superem as simples denúncias das situações sociais.

J. BATISTA FREIRE (1989): propõe um estudo do caráter simbólico do jogo e sua representatividade cultural entre os diferentes povos; o aspecto

competitivo é questionado devido assumir um caráter predatório, selecionador, elitizante, preconceituoso e sem escrúpulos.

MAURO BETTI (1991): questiona o esporte escolar elitizante e reprodutor, e entende que as estratégias desenvolvidas devam estar de acordo com as convicções filosóficas sobre o homem que se pretende formar, sobre a sociedade desejada e de conhecimento pleno das concepções de Educação.

MÁURI C. FREITAS (1991): parte da crítica política, econômica e social, através do método marxista para interpretação e modificação das estruturas sociais, encontra, no homem em movimento, o objetivo de superação do 'homo sportivus burguês', chegando à sua transformação em 'homo sportivus comunista'.

J. P. S. MEDINA (1991): trabalha um discurso que ressalta a importância das lutas de classes, fundamentando-se na história cultural brasileira.

C. L. SOARES (1992): prega que a produção histórico-cultural subordina-se aos códigos e significados da sociedade capitalista; concorda que existe necessidade de obtenção do conhecimento técnico, mas sem uma polarização para o alto nível de rendimento dentro das escolas; critica a relação entre o poder econômico e o poder esportivo que utiliza o homem na busca de ganhos financeiros exacerbados.

Com o quadro classificatório demonstrado, convém destacar que os títulos dados às tendências foram determinados em função dos conteúdos das concepções e da interpretação dada pelo pesquisador.

Outro dado importante, é que, não necessariamente, um autor é exclusivo de uma tendência, ou seja, o mesmo pode ter predominância de características de uma tendência, tendo ainda particularidades de outra, podendo, assim, estar presente em mais de uma delas.

DISCUSSÃO

Entrando no processo de discussão, selecionamos alguns conceitos que se fazem necessários destacar para obtermos, posteriormente, o entendimento adequado e as conclusões do estudo.

Inicialmente, baseados em SAVIANI (1989), procuramos entender o significado do conceito problema, que foi definido como sendo uma "necessidade que se impõe objetivamente e é assumida subjetivamente".

A filosofia determina uma "reflexão sobre os problemas que a realidade apresenta" e reflexão é o "ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado".

Conceito ainda polêmico e que em muito contribui na atribuição de valores em análise de obras/produções de autores, é o termo ideologia.

Tentando encontrar definições substanciais, selecionamos autores que a elaboraram com maior profundidade, dentre eles, temos SAVIANI (1989) tratando ideologia como "princípios e normas que orientam nossa ação, tornando-a mais compreensiva, fundamentada e coerente".

F. CHÂTELET (1983) pressupõe que uma análise ideológica demonstra posições refletidas de textos sistemáticos, coerentes e descritivos,

refere-se às representações coletivas compactas, desde conteúdos ideais até aspectos inconscientes, tendendo a precisar uma configuração e o conteúdo das concepções que se enfrentam num dado campo histórico.

Para F. ENGELS (apud GHIRALDELLI, 1993) ideologia é sinônimo de idealismo, são formulações feitas a partir de uma "falsa consciência" que não se apercebe dos condicionantes sociais e materiais que, em 'última instância', determinam as possibilidades das formações superestruturais.

A. GRAMSCI parte das formas ideológicas da superestrutura (formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas) definidas por K. MARX no prefácio da "Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859" (entendidas como sinônimo de ideologia), para definir ideologia em três dimensões:

- *dimensão ontológica: está no conjunto superestrutural.
- *dimensão axiológica-normativa: é o guia e a motivação para a ação.
- *dimensão cognitiva ou gnosiológica: é o campo onde os homens tomam consciência das contradições da base material e da realidade.(apud GHIRALDELLI, 1993).

Esse todo determina ideologia como concepção de mundo onde temos no ponto mais alto a filosofia, sendo intermediada pela ciência e pela religião até o ponto mais baixo em que encontramos o senso comum. (GHIRALDELLI, 1993).

Segundo GRAMSCI (1991), ideologia origina-se no "sensorialismo" do materialismo francês do século XVIII significando "ciência das idéias, análise das idéias ou pesquisa da origem das idéias", mas supera essa índole através da filosofia da práxis que analisa ideologia de maneira histórica.

Um erro citado em GRAMSCI (1991) é de interpretar-se a superestrutura de uma determinada estrutura, fundamentando-se em elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos cuja ideologia é distinta da estrutura, não a modifica, é mera aparência, incapaz de viabilizar soluções.

Outro dado importante é diferenciarmos ideologias historicamente orgânicas que organizam massas humanas, movimentam e conscientizam, de ideologias arbitrárias, racionalistas, desejadas que apenas criam movimentos individuais ou polêmicos.(GRAMSCI, 1991).

Finalmente o conceito hegemonia que para GHIRALDELLI (1993) é definido como "convencimento , persuasão de determinada classe social, num processo, colocando seus interesses e aspectos da sua concepção de mundo como universais, visa obter adesões de outros segmentos sociais que ainda não conseguiram expressar seus interesses e concepção de mundo com suficiente grau de clareza, sistematização, logicidade e coadunação com a base material da sociedade".(p.70).

Para CHÂTELET (1983), hegemonia reflete a flexibilização entre ideologia e economia, a hegemonia da burguesia (numa ditadura de classe definida pelo primado econômico) é apoiada na direção intelectual, moral e na impregnação ideológica do conjunto da sociedade.

De posse desses conceitos podemos discutir os resultados da pesquisa.

Em nossa Classificação das Tendências da Educação Física não objetivamos meramente uma nova nomenclatura, mas sim detalhar e fazer conhecer um conjunto ou os sistemas de idéias que se originaram de ações/publicações (problemas-filosofia) e comportaram uma concepção (hegemônica) em dadas características.

As características internas de cada texto e a análise minuciosa do objeto em seu contexto foram os fatores determinantes das tendências que se inter-relacionam em determinados objetivos, como por exemplo, a intenção de "melhorar a raça" que está presente na Tendência Militarista e na Higienista.

A tendência Higienista pautou-se, fundamentalmente, no objetivo assistencial amparada pela Medicina e nos princípios da eugenia, ou seja, através da Educação Física intencionava-se obter uma vida mais saudável, de maior longevidade e uma população possível de características "selecionáveis" ou "determináveis".

Este objetivo era pretendido através da construção de hábitos saudáveis de vida como boa alimentação, obediência às regras de conduta social e moral, higienização coletiva, conhecimentos de Medicina preventiva e de reabilitação.

Tal paradigma associou-se fortemente aos conteúdos e objetivos da Educação Física diante da identificação ideológica axiológica-normativa, onde podemos localizá-lo na "concepção filosófica humanista moderna" da década de 1940 (SAVIANI, apud MENDES, 1987) que possuía a visão do homem centrada na sua existência, na atividade e na ação.

Na tendência Militarista encontramos uma ideologia fundamentada na 'estrutura' militar que, diante de sua disciplina e hierarquia, divulgava uma 'idéia' de contribuição da Educação Física na 'formação de um novo homem'; uma 'evolução da raça' onde haveria a superação à dor e às adversidades da vida, isto sendo colocado como condição imutável e conformista.

Os conceitos cívicos e morais, subordinando o cidadão à sua função patriótica, estão bem próximos do determinismo religioso.

Esta tendência pode ser associada à "concepção filosófica humanista tradicional" (SAVIANI, apud MENDES, 1987) dominante no período de 1930 até aproximadamente 1945, quando os objetivos centrais estavam na formação essencialista do homem, este sempre a serviço da pátria.

Sua dimensão ideológica respeita o princípio de representar-se como guia da sociedade, além de ter o caráter motivacional para a ação, ou seja, axiológica-normativa.

A tendência Militarista teve seus princípios tão bem elaborados, e principalmente divulgados, que ainda podemos encontrar publicações atuais e práticas escolares calcadas em seus princípios.

As tendências Higienista e Militarista, de acordo com seus consistentes e coerentes princípios para o período político, são as tendências mais antigas, cronologicamente constatadas, e que em determinados momentos históricos, coadjuvaram o mesmo espaço teórico e prático da Educação Física.

Na tendência Sócio-Pedagógica distribuem-se os objetivos da Educação Física através da instituição escolar, respeitando os seus mais variados métodos pedagógicos, possibilitando uma formação integral ou "multi-lateral" do indivíduo.

A Educação Física é tida como prioridade e exclusiva do processo educativo escolar, e seu desenvolvimento é sustentado na dimensão ontológica de ideologia, resultando, dentro dos princípios humanísticos, em modelação educacional, social e moral dos alunos.

A propensão da tendência Sócio-Pedagógica está na "concepção humanista moderna", onde, as vertentes do psicologismo, do sociologismo e do

existencialismo, final da década de 1960, são perfeitamente aceitáveis no curso da tendência.

Baseado na dimensão da ideologia ontológica, detectamos na Educação Física a tendência Estruturalista-Sistêmica que vislumbrava através da atividade, "transformações" de cunho reacionário e liberal nas estruturas autônomas e nos sistemas, isto diante da reciprocidade das relações das formas jurídicas, políticas, sociais e filosóficas "impostas" pelo homem.

Esta tendência apresentou em seu preceito teórico a função motivadora da sociedade, a manipulação da interpretação da realidade através de condutas "revolucionárias", as possibilidades de ascensão social e também a ética profissional.

A tendência Estruturalista-Sistêmica pode ser interpretada nos parâmetros da "concepção humanista moderna" do período de 1945 a 1960 (SAVLANI, apud MENDES, 1987), onde a política liberal firmava "diversos" meios de participação no bloco histórico (estrutura e superestrutura) da sociedade e a existência superava a essência do homem.

Com a maior expressividade nos textos pesquisados, temos a tendência Técnico-Científica que apresentou sua definição ou afirmação no processo da produção literária a partir da década de 1960.

Nesta tendência, a aceitação científica é vital para a Educação Física, que amparada no desenvolvimento metodológico da Medicina, da Biologia, Fisiologia e outras áreas, prima pela conquista de seu espaço, objetivando firmar o seu eixo paradigmático na aptidão física.

Em sua dimensão axiológica-normativa de ideologia, estão os programas que determinam as adaptações morfo-funcionais e concentram todos os esforços no desenvolvimento físico e psíquico na busca da 'performance', da superação, do rendimento e do melhor resultado.

Podemos aceitar a tendência Técnico-Científica na "concepção filosófica analítica" (SAVIANI, apud MENDES, 1987), pois a mesma efetua uma análise lógica informal da realidade, muito utilizada no empirismo da Educação Física, além do que, o tecnicismo do processo de industrialização da sociedade na época atingia a ideologia política e o modelo econômico do bloco histórico.

Paralelamente à tendência Técnico-Científica, tendo como marco inicial o final da década de 1980, transcorre o surgimento da tendência Histórico-Crítica.

Na tendência reside um primeiro contato com a dimensão cognitiva ou gnosiológica de ideologia, onde a premissa de mudança de eixo paradigmático e as constatações de desenvolvimento cultural e histórico da Educação Física apontam para um possível local questionador, reflexivo e de conscientização dos alunos diante

das contradições existentes na área estudada, representando uma parte do contexto social e intelectual dos homens.

A tendência Histórico-Crítica supera a "concepção crítico-reprodutivista" (SAVIANI, apud MENDES, 1987) quando se coloca com a intenção de analisar a educação como um processo contraditório, explicitando suas questões pela prática e pelo contexto histórico, atingindo assim a reestruturada "concepção dialética", hoje, "concepção histórico-crítica" (SAVIANI, 1991). Esta concepção participa na articulação da transformação da sociedade através da identificação do saber objetivo, da transposição do saber escolar e do provimento de meios para a apreensão do processo de produção do conhecimento.

Na construção do quadro de Classificação das Tendências da Educação Física, consultamos trabalhos como a classificação tipológica de Pierre Fredy (Barão de Coubertin), a classificação de desporto de Michel Bouet e Roger Caillois e a síntese didática do fenômeno desportivo de Teotônio Lima (SOBRAL, 1985) e constatamos que as mesmas pautavam-se no elemento descritivo técnico.

Em nossa classificação, considerando os conteúdos abordados dos autores consultados, procuramos avançar os estudos, integrando em sua elaboração a reflexão filosófica, respeitando suas características de ser uma análise radical (raízes), rigorosa (metodológica) e de conjunto (globalidade).

Com a definição das tendências da Educação Física, retomamos o nosso ponto de partida que possibilitou a efetivação dos objetivos traçados na elaboração da pesquisa.

Trata-se, especificamente, do trabalho "Educação Física Progressista" (GHIRALDELLI, 1988), onde encontramos uma periodização política que percorreu os princípios e ditames da Educação Física, fornecendo a definição das tendências Higienista, Militarista, Pedagogicista, Competitivista e Popular.

Em cada período existe uma concepção de mundo que se faz dominante na época e determina quais e como serão seguidas as regras da classe dominadora.

Esta periodização baseou-se na teoria da Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos (LIBÂNEO, 1986), que na classificação das tendências pedagógicas brasileiras, forneceu subsídios para o entendimento de áreas concomitantes.

Ghiraldelli enunciou a tendência Higienista fundamentada no pensamento liberal, tendo como figura chave, o advogado baiano Rui Barbosa e seus escritos sobre a "asepsia social" através da escola e sobre a ignorância da população atuando como agente deteriorador da saúde da sociedade.

A tendência Militarista para Ghiraldelli teve inspiração na biologia nazifascista, impondo padrões de comportamento estereotipados e caracterizando a Educação Física como selecionadora das elites.

Analisando, comparativamente, as tendências iniciais, observamos que tanto em GHIRALDELLI (1988), quanto em nossa proposta, os conteúdos teóricos de cada concepção em pouco se altera e os autores estudados são incorporados de maneira semelhante nas tendências detectadas.

No nosso estudo, as também denominadas tendências Higienista e Militarista estão relacionadas, respectivamente, ao princípio assistencial e o processo de higienização coletiva através da escola de Fernando Azevedo, e ao estoicismo e a disciplina escolar sustentadas nos parâmetros militares de Jayr Jordão Ramos.

A tendência Pedagogicista de Ghiraldelli está fundamentada no pensamento liberal americano do pós-guerra, diferente do liberalismo da tendência Higienista; a concepção encontra subsídios no psicopedagogicismo de Dewey e na sociologia de Durkheim.

Aprofundando-se na tendência, percebemos ser ela a representação autêntica do escolanovismo onde a educação do movimento promove a educação integral do aluno, e esta é trabalhada exclusivamente na instituição escolar, sendo marco na determinação do corporativismo profissional na Educação Física.

Traçando um paralelo à nossa proposta, é possível perceber a existência de duas tendências de origens similares, porém de objetivos distintos.

Falamos da tendência Sócio-Pedagógica e da tendência Estruturalista-Sistêmica, que são detectadas no mesmo período histórico, até com autores comuns, a partir de pressupostos reacionários-liberais, diferenciando-se e procurando especificar-se, respectivamente, na apologia da formação integral do homem através da escola e da sua atuação na sociedade, e nas transformações sociais realizadas pelo movimento recíproco dos sistemas e das estruturas autônomas.

A existência da "tecnoburocracia militar e civil" da pós-revolução de 1964 e a necessidade de um "analgésico para o movimento social" detectada por GHIRALDELLI (1988), determinou o desenvolvimento da Educação Física sustentado no paradigma do desporto de alto nível e nos avanços científicos das áreas do conhecimento como a Fisiologia do Exercício, da Biomecânica, do Treinamento Desportivo entre outras.

Era a tendência Competitivista, onde a Educação Física tornara-se sinônimo de desporto e treinamento desportivo. O desporto e a Educação Física ficaram condicionados ao dispêndio de energias e a ideologia capitalista.

A caracterização da competição e da superação individual, bem representava os valores da sociedade moderna.

Procuramos tratar a questão do competitivismo, englobando-o na "revolução técnico-científica" (que representa uma tendência em nossa proposta),

determinada a partir da procura de afirmação da Educação Física no contexto das ciências e na sociedade, e por assim fazê-lo, representar de maneira convincente a ideologia política dominante.

Ghiraldelli relatou a tendência da Educação Física Popular, partindo do movimento operário, sua organização e mobilização, determinando uma concepção paralela "com e contra" as concepções ligadas à ideologia dominante.

Desse modo realizava-se a teorização da classe dos trabalhadores na busca de atividades físicas respeitadoras do princípio de "solidariedade operária", e que tinham por objetivo a ludicidade e a cooperação.

Superando a tendência Popular e o surgimento das práticas alternativas da Educação Física, GHIRALDELLI (1988) propôs uma "nova Educação Física" acoplada ao vetor histórico da luta de classes, à socialização da política e a uma escola pública, efetivamente, democrática; esta concepção diz respeito a tendência Crítica-social dos Conteúdos.

A tendência visa combater a ideologia liberal-burguesa e o conservadorismo através da Educação Física que tenha vinculação do movimento corporal com o movimento social, ou seja, existência de inter-relacionamentos entre a atividade física, a atividade intelectual do profissional e a democratização da cultura erudita.

Nossa última tendência constatada está relacionada diretamente a autores que tratam Educação Física a partir da crítica dos pressupostos biológicos e físicos; procurando dentro de suas produções, desenvolver propostas amparadas no processo de análise histórico-cultural.

A tendência Histórico-Crítica pode ser a representação genuína do pensamento e da produção progressista da Educação Física no Brasil.

CONCLUSÃO

No momento em que se encontra a presente dissertação, parafraseamos BORDIEU (1990) afirmando que antes de contentar em conhecer a fundo um pequeno setor da realidade da qual pouco sabemos, é preciso esforçar-se por construir uma descrição sumária do conjunto do espaço considerado.

Por mais imperfeito que seja o quadro provisório, sabemos ao menos que ele deverá ser preenchido, e que os próprios trabalhos empíricos, que ele orienta, contribuirão para preenchê-lo.

Nossa conclusão maior ao final da dissertação é de podermos apresentar uma classificação em formação, que representa um conjunto de idéias de determinados autores, agrupados em suas convergências teóricas, compondo as tendências da Educação Física.

Como objetivamos na Introdução, nossa Classificação das Tendências da Educação Física não possui a pretensão de ser a única e intocável, mas sim, ser o ponto de reflexão filosófica de uma área de estudos que está em construção.

As tendências não estão confinadas somente às obras selecionadas pelo pesquisador, mas "abertas" a outros autores que pela própria limitação temporal não foram consultados.

Ao determinarmos as tendências, através dos conteúdos das obras dos vários autores, e associá-las a uma determinada concepção filosófica de educação e a uma dimensão ideológica, encontramos dados conclusivos possíveis de serem registrados.

A atividade física sistematizada, desde a Grécia antiga até a atualidade, sofreu várias alterações, tanto na forma e conteúdo quanto nas metodologias; sempre em concordância com o contexto histórico em que se apresentava.

Uma primeira constatação é que o desenvolvimento do fenômeno desportivo associado ao tecnicismo da revolução industrial veio a acelerar a investigação científica a serviço da performance.

Esse desenvolvimento pode ser comprovado com o grande número de autores e o espaço de tempo em que a tendência Técnico-Científica consolidou seus objetivos e princípios metodológicos.

Outra conclusão obtida se prende, com exceção à tendência Técnico-Científica e a tendência Histórico-Crítica, ao fato de as tendências estarem situadas na concepção humanista da educação, seja moderna ou tradicional, e retrata a Educação Física do período sustentada pelo essencialismo, pelo existencialismo e pelo liberalismo.

Tal constatação reflete um grau de compromisso no desenvolvimento dos alunos, que lhes assegure a "participação efetiva e transformadora" dentro da sociedade.

Mas, ao associarmos as tendências às dimensões ideológicas, percebemos que o conjunto do bloco histórico (estrutura e superestrutura) não determina alterações substanciais e também não se aproximam da dimensão gnosiológica, simplesmente, perpetuam o modelo econômico dominante através das formas jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas e culturais.

Um registro importante é que apenas uma tendência, a tendência Histórico-Crítica, apresentou características compatíveis com a concepção filosófica histórico-crítica da educação e com a dimensão cognitiva de ideologia.

Podemos concluir que o descontentamento com as características da Educação Física apresentadas até os anos de 1980, inicia-se com a tentativa de superação do tecnicismo, consubstanciada na organização de uma concepção que sustenta em seus princípios a transformação da sociedade através de sua prática cultural e histórica.

Demais informações poderiam ser retiradas da classificação apresentada, mas procuramos nos deter ao objetivo principal da dissertação que era a

elaboração do quadro teórico; propiciando assim, oportunidades de trabalhos futuros na análise detalhada de cada tendência.

As tendências da Educação Física foram constatadas, e sua relação com as concepções filosóficas de educação, dimensões ideológicas e legislação (ANEXOS), apontam para um redimensionamento dos conceitos educacionais envoltos na área.

Mesmo sendo impregnada de militarismo, higienismo e pedagogicismo, a Educação Física supera-se pelo estruturalismo e pelo tecnicismo, mas demonstra-nos que não está correspondendo aos interesses dos intelectuais orgânicos da Educação Física.

Nasce o histórico-crítico que é uma tentativa de aproximação do contexto escolar ao processo de reflexão filosófica e cultural.

As proporções das produções teóricas, afirmamos, não são estáticas e em um curto espaço de tempo, essa relação deverá ser revista e, possivelmente, indicará outras convergências ou outras tendências.

Somos conhecedores dos limites que a nossa proposta pode atingir. Não se trata aqui de fazermos uma apologia em favor desta ou daquela classificação, mesmo porque não é esse o objetivo, tão pouco o momento.

Simplemente, intencionamos explicitar que a nossa proposta teve um referencial teórico inicial, reconhecido nos meios acadêmicos, onde o mesmo possibilitou o desenvolvimento de um estudo que procurava problematizar as produções referentes a Educação Física e construir uma outra classificação, avançando dentro de um processo de reavaliação das próprias tendências e de elaboração de um novo quadro.

Portanto, chegamos ao ponto em que colocamos, inicialmente, para apreciação da academia, a nossa proposta de Classificação das Tendências da Educação Física.

Finalmente, queremos situar a nossa contribuição a nível da reflexão sobre a ação educacional desenvolvida nas escolas, para tanto, elaboramos informações que viabilizem esta análise e também enfatizem o processo de transformação no interior das escolas e na sociedade.

Com a efetivação desse processo, esperamos nas próximas produções ser possível iniciarmos os estudos, com dados diferentes de : "...o Brasil possui quase 147 milhões de habitantes, dos quais 52,9% da população ativa, sobrevive com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos...".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. DA EDUCAÇÃO FÍSICA: O QUE ELA É, O QUE TEM SIDO E O QUE DEVERIA SER. 3ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, s.d.

BARBANTI, V.J. TEORIA E PRÁTICA DO TREINAMENTO DESPORTIVO. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1979.

----- TREINAMENTO FÍSICO: BASES CIENTÍFICAS. São Paulo: CLR Balieiro, 1986.

BETTI, M. EDUCAÇÃO FÍSICA E SOCIEDADE. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

BORDIEU, P. COISAS DITAS. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BORSARI, J.R. et al. MANUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. 2ª edição. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1977. volume 1.

----- EDUCAÇÃO FÍSICA DA PRÉ-ESCOLA À UNIVERSIDADE: PLANEJAMENTO, PROGRAMAS E CONTEÚDO. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1980.

BRASIL. *Ministério da Educação e Cultura*. DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA/DESPORTOS. Brasília, 1981.

-----, *Sendo Federal*. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 1988.

CAPRA, F. O PONTO DE MUTAÇÃO. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CASTELLANI, L.F. EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: A HISTÓRIA QUE NÃO SE CONTA. Campinas: Papirus Editora, 1988.

-----, et al. DIRETRIZES GERAIS PARA O ENSINO DE 2º GRAU NÚCLEO COMUM: EDUCAÇÃO FÍSICA. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. (mimeogr.).

CHARTIER, R. A HISTÓRIA CULTURAL: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CHÂTELET, F., PISIER-KOUCHNER, É. AS CONCEPÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XX: HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

COOPER, K.H. APTIDÃO FÍSICA EM QUALQUER IDADE: MÉTODO COOPER. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forum Editora, 1972.

COSTA, L.P. INTRODUÇÃO À MODERNA CIÊNCIA DO TREINAMENTO. Brasília: Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, 1968.

DAIUTO, M. BASQUETEBOL: METODOLOGIA DE ENSINO. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasipal, 1983.

DANTAS, E.H.M. A PRÁTICA DA PREPARAÇÃO FÍSICA. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1985.

DEMO, P. METODOLOGIA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

FANALLI, O.A.A.C. TERMINOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1981.

FREIRE, J.B. EDUCAÇÃO DE CORPO INTEIRO: TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

FREITAS, F.M.C. A MISÉRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. Campinas: Papyrus Editora, 1991.

GHIRALDELLI, P. J. O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INTELLECTUAL. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1987. (mimeogr.).

----- EDUCAÇÃO FÍSICA PROGRESSISTA. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

----- NOTAS PARA UMA TEORIA DOS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA. Ibitinga: MG Informática, 1991.

----- TRÊS ESTUDOS EM HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO.

Ibitinga: Editora Humanidades, 1993.

GRAMSCI, A. CONCEPÇÃO DIALETICA DA HISTÓRIA. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

KOSIK, K. DIALÉTICA DO CONCRETO. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

LIBÂNEO, J.C. DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: A PEDAGOGIA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

LUDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS QUALITATIVAS. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LYRA, J.F. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DOS DESPORTOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

MANHÃES, E.D. POLÍTICA DE ESPORTES NO BRASIL. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MARINHO, I.P. SISTEMAS E MÉTODOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. São Paulo: Editora Brasipal, 1953.

- , ACCIOLY, A.R. HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS. Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia. Editores, 1956. volume 1.
- , INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS. Brasília: Horizonte Editora, 1984.
- MARX, K. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. 10ª edição. São Paulo: Difel Editorial, 1985.
- MEDINA, J.P.S. O BRASILEIRO E SEU CORPO. 3ª edição. Campinas: Papyrus Editora, 1991.
- MENDES, D.T. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.
- OLIVEIRA, V.M. et al. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. volume 2.
- Os números da miséria.* FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 24.mar.1993. Caderno 1, p. 2.
- PARENTE, M.S.F., MELO, A.F., TUBINO, M.J.G. ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E CONSTITUIÇÃO. São Paulo: Ibrasa, 1989.
- PEREIRA, F.M. DIALÉTICA DA CULTURA FÍSICA. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

Pesquisa acaba mito do jogador milionário. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo,

19.jan.1994. Caderno 4, p. 3.

RAMOS, J.J. FICHÁRIO DOS INSTRUTORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Rio de

Janeiro: Papelaria Velho, 1937.

RIO CLARO (SP). *Câmara Municipal.* LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE

RIO CLARO. Rio Claro, 1990.

ROCHA, P.S.O., CALDAS, P.R.L. TREINAMENTO DESPORTIVO. Brasília:

Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e

Cultura, 1978. volume 1.

SÃO PAULO (ESTADO). *Assembléia Legislativa.* CONSTITUIÇÃO DO

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1989.

SAVIANI, D. EDUCAÇÃO: DO SENSO COMUM À CONSCIÊNCIA

FILOSÓFICA. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1989.

----- PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1991.

SCHERMANN, A. EVOLUÇÃO DOS DESPORTOS ATRAVÉS DOS TEMPOS.

3ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongentti Editores, 1958.

SÉRGIO, M. PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA.

Lisboa (POR): Editora Compendium, s.d.

SEVERINO, A. J. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO. 19ª edição.

São Paulo: Cortez Editora, 1993.

SOARES, C.L. et al. METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SOBRAL, F. INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO FÍSICA. 4ª edição. Lisboa (POR):

Livros Horizonte, 1985.

TEIXEIRA, H.V. TRABALHO DIRIGIDO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: MANUAL

DO PROFESSOR. São Paulo: Editora Saraiva, 1978. volume 2.

TEIXEIRA, M.S., MAZZEI, J. MANUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. São Paulo:

Editora Obelisco, 1961.

TOLEDO, M.A.P. LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS.

Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 1983.

TUBINO, M.J.G. METODOLOGIA CIENTÍFICA DO TREINAMENTO

DESPORTIVO. 4ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1984.

ANEXOS

PRESSUPOSTOS POLÍTICO-LEGISLATIVOS

Em documento elaborado pela Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, em dezembro de 1981, foram apresentadas Diretrizes Gerais para Educação Física e Desportos para o período de 1980 a 1985 com a finalidade de orientar em todo o país o desenvolvimento da Educação Física, do Esporte Para Todos e do Desporto, coordenando todas as atividades decorrentes das iniciativas relacionadas com os Sistemas de Ensino e Desportivo Nacional. (BRASIL, 1981).

Essas Diretrizes Gerais foram concebidas a partir da identificação dos problemas existentes no setor e sua delimitação é resultante de "um processo participativo e descentralizado, em que trabalharam de modo integrado, órgãos federais, estaduais e regionais, públicos e privados". (BRASIL, 1981, p. 338).

No texto , definem Educação Física como "um fim em si mesmo, uma forma específica de promoção indireta do Desporto, indireta porque o objetivo procurado é menos o Desporto que a boa condição física". (BRASIL, 1981, p. 347).

"...formular Diretrizes Gerais é essencialmente um exercício lógico, isto é, trata-se de estabelecer relações lógicas e hierárquicas num conjunto de objetivos e

meios. E, só assim são possíveis escolhas racionais."(BRASIL, 1981, p. 343).

A expressão textual é apresentada em seus objetivos:

- I- aprimoramento da aptidão física da população;
- II- elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III- implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV- elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V- difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Tendo como objetivo global elevar o nível de desenvolvimento das atividades físicas no país, propõe os "objetivos primários":

- promover e aperfeiçoar programas de conscientização de toda a população para a importância da prática regular das atividades físicas, sua necessidade e seus valores, com ênfase sobre as populações carentes das zonas urbana e rural;

- desenvolver ações que visem a incorporar, efetivamente o hábito da prática regular da Educação Física na escola, com prioridade para a faixa de educação pré-escolar e as quatro primeiras séries do 1º grau;

- desenvolver programas de Desporto que visem a melhoria das elites nacional, estadual e municipal. (BRASIL, 1981, p.356).

Destacamos algumas Diretrizes que segundo o texto "deverão minorar os problemas e alcançar os objetivos do setor":

- População urbana: direcionar o planejamento de instalações para a prática de atividades físicas, prioritariamente, para as de uso das comunidades de menor renda e as escolares com ênfase ao ensino de primeiro grau.

- População rural: fundamentar o planejamento das atividades físicas para o meio rural na realidade sócio-econômica e cultural de cada grupo populacional, dentro da filosofia do Esporte Para Todos.

- Número de praticantes: formular e aplicar medidas capazes de criar, predispor, motivar e estimular a participação dos diversos segmentos da população na prática regular das atividades físicas.

- Número de elite: desenvolver ação global e permanente de modo a aumentar o número de atletas representativos das elites nacional, estadual e municipal.

- Número de alunos de Educação Física: concentrar o esforço de expansão da Educação Física no ensino de 1º grau com ênfase nas quatro primeiras séries, visando à ação formativa e educacional que motiva o aluno para a prática regular permanente e a utilização das horas de lazer em atividades físicas.

- Número de horas de prática: frequência semanal e duração diária mínima.

- Organização do setor: desenvolver ações de modernização administrativa de forma a corrigir as disfunções existentes no sistema e nos seus diversos segmentos.

- Dirigentes e administradores profissionais: implantar programas de treinamento administrativo dos quadros dirigentes das organizações públicas e privadas do setor.

- Instalações, equipamento e material didático e esportivo: direcionar o programa de instalações, equipamento e material, considerando as deficiências de espaço físico existente nos estabelecimentos de ensino e os objetivos específicos dos diferentes graus, concedendo prioridade às quatro primeiras séries do 1º grau e à faixa da educação pré-escolar.

- Professores de Educação Física, técnicos desportivos, árbitros e pessoal médico: adequar e aprimorar os cursos de formação, concentrando especialistas em áreas geográficas com maior carência desses profissionais. Utilizar mecanismos de cooperação técnica a nível internacional, para a obtenção de tecnologia necessária à implantação de cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento de técnicos desportivos.

- Recursos financeiros: ampliar o volume de recursos financeiros do setor, mediante a diversificação das fontes e a adoção de estratégias específicas de captação. (BRASIL, 1981, pp. 356-360).

Em concordância com as Diretrizes Gerais é traçado um plano de atuação política que engloba ações do Poder Público na área da Educação Física, mediante a criação e o revigoramento de instrumentos legais e a canalização de recursos dos governos federal, estadual e municipal, para estimular a prática regular da atividade, bem como a expansão do potencial existente. (BRASIL, 1981).

A nível federal determina-se ao Ministério da Educação e Cultura, "aplicar a política, elaborar, coordenar e fiscalizar a execução do Plano Nacional de Educação Física e Desportos", sendo dado aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios a responsabilidade de elaborar seu Plano de Educação Física e Desportos compatibilizando-o com o Plano Nacional. (BRASIL, 1981).

Segundo Marco Antonio Prudente de Toledo (1983) em "Legislação da Educação Física e Desportos", houve uma época em que tínhamos um departamento encarregado da Educação Física nas escolas, o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), que era um órgão encarregado de orientar e fiscalizar a prática da Educação Física nas escolas de 1º e 2º graus.

Esse órgão publicava programas de Educação Física, onde apresentavam as justificativas, procedimentos metodológicos, unidade esquema-padrão e seqüências para as aulas como subsídio para os professores, que com isso, sentiam-se amparados, protegidos e valorizados nas escolas.

O autor afirma que com a extinção do DEFE, passando os encargos para a Secretaria de Esportes e Cultura, os professores de Educação Física ficaram subordinados à Secretaria da Educação por intermédio das Delegacias de Ensino, que orientam as escolas através dos supervisores de ensino na parte referente à pedagogia, não o fazendo para a Educação Física por causa do seu completo desconhecimento.

Desse material são transcritos na íntegra, Leis, Decretos e outros que normatizam a Educação Física e os Desportos.

LEI nº 5692 - 11.ago.1971

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO DO 1º E 2º GRAUS

Art.1º- A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família, e dos grupos que compõem a comunidade;

b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;

c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;

f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;

g) a condenação e expansão do patrimônio desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Art.7º- Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus.

Art.14- §1- Na avaliação do aproveitamento a ser expressa em nota ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os

resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

DECRETO nº 69.450 - 01.nov.1971

REGULAMENTA O ART. 22 DA LEI 4.024 - 20.dez.1961

Art.1º- A Educação Física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais e cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da Educação Nacional.

Art.2º- A Educação Física, desportiva e recreativa integrará como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino

Art.3º- A Educação Física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I- No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o

despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para contemplar a formação integral da personalidade.

II- No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita socialidade e conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, a aquisição de novas habilidades, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

III- No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campos universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§1- A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§2- A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.

§3- Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga à do ensino superior.

Art.4º- A adequação curricular aos objetivos a serem alcançados em cada unidade escolar, ou conjunto de unidades sob direção única será anualmente por intermédio de um plano, considerando-se os meios disponíveis e as peculiaridades dos educandos.

§1- A elaboração e a execução do plano de que trata esse artigo serão de responsabilidade do diretor e dos professores de Educação Física do estabelecimento.

Art.5º- Os padrões de referência para orientação das normas regimentais da adequação curricular dos estabelecimentos, bem como para o alcance efetivo dos objetivos da Educação Física, desportiva e recreativa são situados em:

I- Quanto à sequência e distribuição semanal: três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dois consecutivos.

II- Quanto ao tempo disponível para cada sessão: 50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.

III- Quanto à composição das turmas: 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente, selecionados por níveis de aptidão física.

IV- Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno no ensino primário, e três metros quadrados por aluno no ensino médio e no superior.

Art.6º- Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino é facultativa a participação nas atividades físicas programadas:

a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas diárias.

b) aos alunos maiores de trinta anos de idade.

c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa.

d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044 de 21.out.1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento.

Art.7º- A realização de qualquer forma de competição desportiva e recreativa não deverá prejudicar as atividades de natureza essencialmente formativa.

Art.8º- O treinamento desportivo para atender às necessidades profissionais de universitário vinculado a clube, poderá, a critério da direção do estabelecimento respectivo, ser considerado válido para cumprimento das exigências legais.

Art.9º- A participação de estudantes de qualquer nível de ensino em competições desportivas oficiais, de âmbito estadual, nacional ou internacional, bem

como em suas fases preparatórias, será considerada atividade curricular, regular para efeito de assiduidade em Educação Física.

Art.10º- A orientação educacional constituirá alternativa para as ocasiões de impossibilidade de utilização de áreas ao ar livre, sendo atribuição do professor de Educação Física a abordagem da problemática de saúde, higiene e aptidão física, resguardadas as peculiaridades regionais e dos graus de ensino.

Art.11º- O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do órgão competente, estabelecerá e divulgará convenientemente os testes de aptidão física, com a finalidade de orientar os estabelecimentos e acompanhar a evolução das possibilidades dos recursos humanos nacionais.

Art.13º- A prática da Educação Física no ensino superior será realizada por meio de clubes universitários, criados segundo modalidades desportivas, ou atividades físicas afins, na conformidade das instalações disponíveis, os quais se filiarão à Associação Atlética da respectiva instituição.

Art.17º- Os estabelecimentos de ensino, para o exato cumprimento das disposições deste decreto, deverão assegurar aos alunos do ensino primário e médio, assistência médica e odontológica, instalações, equipamento e material necessários à execução do programa.

§1- Enquanto não dispuser do equipamento e material a que se refere este artigo, cada estabelecimento, ou a autoridade competente para o caso, celebrará convênio com clube, associação, corporação militar ou a entidade mais próxima que os possuir.

Art.18º- Os órgãos oficiais incumbidos da concessão de bolsas de estudos deverão dar prioridade aos alunos de qualquer nível, que se sagrarem campeões desportivos, na área estadual, nacional e internacional, desde que tenham obtido aproveitamento escolar compatível.

PORTARIA DO MEC nº 001 - 07.abr.1982

NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO
DESPORTO ESCOLAR

Art.2º- Para os efeitos desta Portaria, considera-se desporto, toda atividade predominantemente física, exercitada segundo regras pré-estabelecidas, cuja finalidade seja a competição consigo mesmo ou com terceiros, ou constitua uma forma de confrontação com os elementos naturais.

Art.3º- O Desporto Escolar, com finalidades formativo-educativas, abrange, sob a supervisão normativa, disciplinadora e de direção nacional desta

Secretaria, as atividades desportivas praticadas nas áreas de ensino de 1º e 2º graus, dirigidas, também, em caráter permanente, pelos órgãos estaduais e municipais especializados e pelos seus correspondentes dos Territórios e do Distrito Federal, em suas respectivas jurisdições.

Art.4º- Para todos os efeitos, a organização do Desporto Escolar integra tanto o Sistema Desportivo Nacional, como o Sistema Educacional do País, devendo seu funcionamento, atender às finalidades, orientar-se para os objetivos e processar-se segundo as normas fundamentais de ambos.

Art.13º- Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, entidades básicas, constituem os centros de ensino e prática do Desporto Escolar.

Art.25º- As atividades esportivas do Clube Escolar serão programadas de forma a atender, equilibradamente, às ações dirigidas tanto à prática da massa de associados, como no treinamento e competição das equipes representativas.

Art.29º- Considera-se atleta escolar, todo o estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, legalmente reconhecido, que esteja na 5ª série do 1º grau ou nas subseqüente e que já tenha completado dez anos.

Art.34º- Considera-se técnico desportivo escolar todo o profissional legalmente habilitado que, mediante qualquer vínculo empregatício ou remuneração

por serviço temporário, esteja exercendo as suas funções junto às equipes de atletas escolares, em qualquer modalidade desportiva.

Art.35º- O exercício da função de Técnico Desportivo Escolar é privativo dos professores com Licenciatura Plena em Educação Física e Desportos, portadores de Registro de Técnico Desportivo nas modalidades que dirigem.

Art.36º- Na hipótese de inexistência do Técnico Desportivo referido no artigo anterior, para atender às necessidades do setor, admite-se o aproveitamento temporário de profissional habilitado para o magistério da Educação Física, obedecendo-se a seguinte ordem de preferência:

- a) Professor com Licenciatura Plena em Educação Física;
- b) Professor com Licenciatura de Curta Duração em Educação Física;
- c) Professor com habilitação de 2º grau em Educação Física e/ou Desportos;
- d) Professor com habilitação específica de 2º grau e com estudos adicionais de Educação Física.

Art.37º- Na impossibilidade de se atender o artigo anterior nas suas alíneas a,b,c e d, e até que sejam substituídos por um dos profissionais habilitados nos artigos 35º e 36º, poderá exercer em caráter precário a função:

a) qualquer professor que exerça o magistério, com prioridade para o que tenha maior grau de habilitação legal;

b) acadêmicos das escolas de Educação Física;

c) leigos.

Art.40º- Na programação de competições desportivas escolares, de qualquer nível, as modalidades olímpicas receberão tratamento prioritário sobre as demais.

RESOLUÇÃO S.E. nº 11 - 18.jan.1980

DISPÕE SOBRE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

Art.1º- A Educação Física se constitui em componente curricular obrigatório em todas as séries do ensino de 1º e 2º graus.

§ único: Nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, a Educação física será ministrada por professor I, três vezes por semana, com a duração de 30 minutos cada aula, como atividade integrante da matéria Comunicação e Expressão.

Art.2º- A partir da 5º série do ensino do 1º grau, as aulas de Educação Física poderão ser ministradas em qualquer dos períodos de funcionamento da escola.

§ 1º: A ministração das aulas de Educação Física em período noturno, fica condicionada à existência de local apropriado e devidamente iluminado.

Art.3º- Para as aulas de Educação Física as turmas serão constituídas por 35 alunos, em atendimento às normas do modelo pedagógico adotadas no sistema estadual de ensino.

Art.4º- Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau, que venham funcionando em período diurno, deverão estimular a participação de seus alunos em Campeonato Colegial de Esportes, torneios oficiais, intercâmbios desportivos e outras formas de competição, desde que constantes do projeto de Educação Física do professor e do plano escolar.

Art.5º- Para cumprimento do disposto no artigo anterior, serão constituídas turmas de Treinamento Desportivo, nas diversas modalidades de esporte, com carga horária semanal de três horas de aula.

§ 1º: As categorias para as modalidades de esporte, previstas no 'caput' deste artigo, obedecerão aos seguintes limites de idade:

mirim: até 13 anos,

infantil: até 15 anos,

juvenil: a partir de 16 anos completos ou a se completarem durante o

ano letivo

§ 2º: As Turmas de Treinamento Desportivo serão constituídas de 20 alunos.

§ 3º: As aulas de Turmas de Treinamento Desportivo somente poderão ser atribuídas ao professor, desde que a modalidade de esporte, objeto de treinamento, conste da programação das aulas regulares do professor de Educação Física.

§ 4º: A inclusão dos alunos nas Turmas de Treinamento Desportivo, estará condicionada ao conhecimento e prática, por parte dos alunos, das modalidades desportivas previstas nos projeto de Educação Física, do professor e no plano escolar.

§ 5º: A programação de Treinamento Desportivo será a mesma de Educação Física, dando-se ênfase ao aprimoramento técnico-desportivo da(s) modalidade(s) prevista(s) no projeto do professor e no plano escolar.

§ 2º do Art.7º: Nos dias de chuva as aulas de Educação Física, bem como as de Treinamento Desportivo, deverão ser ministradas em ginásio de esportes ou na falta deste, em salas de aula.

§ 3º: Na impossibilidade do estabelecimento de ensino contar com as dependências físicas previstas no parágrafo anterior, o professor deverá se ocupar de atividades pertinentes à sua área.

Art.9º- A avaliação do aproveitamento em Educação Física deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações de aprendizagem, considerando os objetivos a que visam e de acordo com o disposto no Regimento da Escola.

§ único: Para a realização do disposto neste artigo; o professor deverá valer-se, em cada bimestre, de pelo menos 2 instrumentos de avaliação.

§ 3º do Art.10º: Os alunos que integrarem as Turmas de Treinamento Desportivo, ficarão obrigados à frequência regular destas aulas em substituição à aquelas de Educação Física.

Art.16º- As aulas de Treinamento Desportivo somente poderão ser atribuídas ao professor a título de carga suplementar.

Na obra "Política de Esportes no Brasil" existe um extenso material que explicita e discute a validade da estrutura nacional desportiva até a sua revisão com a chegada da Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

Para o posicionamento do leitor, são definidos alguns conceitos no início do texto, como "esportes são jogos e prova envolvendo competições baseadas em exercícios físico-intelectuais. Estes podem objetivar, principalmente, a participação dos indivíduos ou a seleção de talentos. Visam ao aproveitamento do tempo livre no sentido da educação e da saúde, instrumentalizam o homem para o

enfrentamento de dia-a-dia, inclusive pelo aprimoramento de determinadas vocações, podendo ainda constituir-se em profissão, mas são sempre praticados segundo regras preestabelecidas"; "políticas de Estado são as definições de prioridades e as articulações das mesmas operadas pelo aparelho estatal, em qualquer campo da vida" e disserta sobre a origem dos clubes supondo que "seja pela fragilidade de nossas instituições educacionais ou de nosso empresariado, seja pelo descompromisso do Estado com a maioria da população, que a prática de esportes acabou sendo abraçada originariamente, por entidades específicas, de direito privado, tradicionalmente voltadas para o desporto seletivo". (MANHÃES, 1986, pp.15-16).

No desenvolvimento do trabalho definem-se responsabilidades e competências ao órgão máximo de desporto nacional - o Conselho Nacional de Desportos (CND) - instituído junto ao Ministério da Educação e Saúde. A crítica central está embasada nos "poderes atribuídos" aos seus representantes:

"Para que a abertura chegue ao desporto, devolvendo aos desportistas a necessária autonomia, é fundamental que seja revista a competência do CND. É justamente nesse organismo que o autoritarismo depositou a capacidade tutelar do poder público em relação ao esporte. Dessa forma, cabe ao CND no momento quase

tudo que julgávamos fosse tarefa das associações, ligas, federações, confederações, seus estatutos e regimentos."(MANHÃES, 1986, p.110).

Fundamentado nas apreciações do presidente do CND, Dr. João Lyra Filho (titular no cargo durante quase todo o período do estado-novo), o autor expõe os conceitos que foram determinados, "o desporto anima o homem a compreender o bem da submissão às regras dos jogos e o respeito da ordem hierárquica, educar pelo desporto é tanto quanto dinamizar os atributos viris da personalidade humana"; e sobre a Educação Física, "escrevi em outra oportunidade com escusas aos professores de Educação Física, que a função social do desporto não estabelece apenas o coroamento da Educação Física, mas a sua razão de ser. A Educação Física é método de preparação para a prática do desporto, este é o resultado, a conclusão, não interessa apenas ao fisico, à mente, à moral, à sanidade, à moralidade e à sociedade dos indivíduos. A Educação Física individualiza, o desporto socializa." (MANHÃES, 1986, pp.85-86).

Para comprovação em suas análises descreve em sua obra, "textos" que normatizaram a Política de Esportes no Brasil.

DECRETO-LEI nº 3.199 - 14.abr.1941

BASE DE ORGANIZAÇÃO DOS DESPORTOS

Art.1º- Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo país.

Art.3º- Compete precipuamente ao CND:

a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de Educação Física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais:

b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativos por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;

c) decidir quanto a participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;

d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devem ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

Art.9º- A administração de cada ramo desportivo, ou de cada grupo de ramos desportivos reunidos por conveniência de ordem técnica ou financeira, far-se-á sob a alta superintendência do CND, nos termos do presente decreto-lei, pelas confederações, federações, ligas e associações desportivas.

Art.27º- Nenhuma entidade desportiva nacional poderá, sem prévia autorização do CND, participar de qualquer competição internacional.

Art.48º- A entidade desportiva exerce uma função de carácter patriótico.

LEI nº 6.251 - 08.out.1975

NORMAS GERAIS SOBRE O DESPORTO

Art.1º- A organização desportiva do país obedecerá ao disposto nesta lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o CND expedir no exercício de sua competência.

Art.2º- Para os efeitos dessa lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras preestabelecidas.

Art.5º- O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- I- aprimoramento da aptidão física da população;
- II- elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III- implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV- elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V- difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

§ único - O Plano Nacional de Educação Física atribuirá prioridade a programas de estímulo à Educação Física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível.

Art.10º- Para efeito de definição do Sistema Desportivo Nacional são reconhecidas as seguintes formas de organização dos desportos:

- I- comunitária;
- II- estudantil;
- III- militar;
- IV- classista.

§1º do Art.18º- O CND padronizará o sistema de votação nos estatutos das confederações, federações e ligas desportivas.

Art.26º- Para efeito de sua organização e estruturação, o desporto estudantil será dividido em universitário e escolar.

§1º- O desporto universitário abrange, sob a supervisão normativa do CND, as atividades dirigidas pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários, pelas Federações de Desportos Universitários e pelas Associações Atléticas Acadêmicas.

§2º- O desporto escolar abrange, sob a supervisão normativa do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, as atividades desportivas praticadas nas áreas de ensino de 1º e 2º graus, e será organizado na conformidade das normas a serem estabelecidas por aquele órgão.

Art.41º- O Conselho Nacional de Desportos (CND) do Ministério da Educação e Cultura, é o órgão normativo e disciplinador do desporto nacional.

Art.42º- Compete ao CND:

I- opinar, quando consultado pelo ministro da Educação e Cultura, sobre a Política Nacional de Educação Física e Desportos;

II- estudar, propor e promover medidas que tenham por objeto assegurar conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país;

III- propor ao ministro da Educação e Cultura a expedição de normas referentes à manutenção da ordem desportiva e à organização da justiça e disciplina desportivas;

IV- editar normas complementares sobre desportos, inclusive o desporto profissional, observadas, quanto a este, as normas especiais de proteção de tais atividades;

V- editar normas disciplinadoras dos estatutos das entidades integrantes ao Sistema Desportivo Nacional;

VI- decidir quanto à participação de delegações desportivas nacionais em competições internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, bem assim, fiscalizar a sua constituição e desempenho;

VII- editar normas gerais sobre transferência de atletas amadores e profissionais, observadas as determinações das entidades internacionais de direção dos desportos;

VIII- coordenar a elaboração do calendário desportivo nacional;

IX- baixar normas referentes ao regime econômico e financeiro das entidades desportivas, inclusive no que diz respeito aos atos administrativos;

X- disciplinar a participação de qualquer entidade desportiva brasileira em competições internacionais;

XI- baixar instruções que orientem a execução da presente lei e do seu regulamento pelas entidades desportivas;

XII- praticar os demais atos que lhe são atribuídos por esta lei.

Art.49º- Os órgãos oficiais incumbidos da concessão de bolsas de estudo deverão concedê-las, preferencialmente, aos alunos de qualquer nível que se sagrarem campeões desportivos, nas áreas estadual, nacional e internacional, desde que tenham obtido aproveitamento escolar satisfatório.

A conclusão que o autor chega após analisar esse material jurídico, pode ser resumida com propriedade nas palavras de João Saldanha, que prefaciou a obra:

"Aliás deve ser notado que nos altos e baixos do poder ditatorial e dos períodos relativamente democráticos que atravessamos o CND não deixou de ser um reflexo político da situação. Se foi um órgão da ditadura e mandão nos períodos antidemocráticos que o nosso país

atravessou, logo adiante, com a implantação do sistema de 1964, novamente se transformou no alçoz e na sombra ameaçadora que pairava sobre nosso esporte.(...)

A partir de 1970, a ditadura Médici se afezrou mais ainda em seu poder de mando através do CND, que passou a ser militarizado desde a época do golpe e subjugou nossos atletas de competição a uma centralização sufocante." (MANHÃES, 1986, p. 11).

A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 05.out.1988, a análise deve ser fundamentada em seus artigos que subordinam, hierarquicamente, as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais.

A carta federal apresenta entre outros:

Art.3º- Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II- garantir o desenvolvimento nacional;

III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;

IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.

Art.205º- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206º- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V- valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII- garantia de padrão de qualidade.

Art.214º- A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I- erradicação do analfabetismo;

II- universalização do atendimento escolar;

III- melhoria da qualidade do ensino;

IV- formação para o trabalho;

V- promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Art.217- É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I- a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II- a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III- o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV- a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§3º- O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988).

A Constituição do Estado de São Paulo determina:

Art.245º- Nos três níveis de ensino, será estimulada a prática de esportes individuais e coletivos, como complemento à formação integral do indivíduo.

§ único- A prática referida no 'caput', sempre que possível, será levada em conta em face das necessidades dos portadores de deficiências.

Art.249º- O ensino fundamental, com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças, a partir dos sete anos de idade, visando a propiciar formação básica e comum indispensável a todos.

Art.264º- O Estado apoiará e incentivará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de todos.

Art.265º- O Poder Público apoiará e incentivará o lazer como forma de integração social.

Art.266º- As ações do Poder Público e a destinação de recursos orçamentários para o setor darão prioridade:

I- ao esporte educacional, o esporte comunitário e, na forma da lei, ao esporte de alto rendimento;

II- ao lazer popular;

III- à construção e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas e o lazer;

IV- à promoção, estímulo e orientação à prática e difusão da Educação Física;

V- à adequação dos locais já existentes e previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esportes e atividades de lazer por parte dos portadores de deficiências, idosos e gestantes, de maneira integrada aos demais cidadãos

§ único- O Poder Público estimulará e apoiará as entidades e associações da comunidade dedicadas às práticas esportivas.

Art.267º- O Poder Público incrementará a prática esportiva às crianças, aos idosos e aos portadores de deficiências.

A Lei Orgânica do Município de Rio Claro prescreve:

Art.1º- É assegurado a todo habitante do município, nos termos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica, o direito à educação, à saúde, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade e à infância, à

assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado.

Art.260º- O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a Educação Física, e programas de recreação, que serão obrigatórios nos estabelecimentos municipais de ensino.

Art.281º- O Município apoiará e incentivará as práticas esportivo-formais e não-formais, o lazer e a recreação como direito de todos, como forma de integração social e como prática sócio-cultural.

Art. 282º- O Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade, mediante:

I- reserva de espaços verdes ou livres, em forma de palanques, bosques, jardins e assemelhados, como base física de recreação urbana;

II- construção e equipamento de parques infantis, centros de juventude e edifício de convivência comunitária;

III- aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de passeio e distração.

Art.283º- As ações do Município e a destinação de recursos orçamentários para o setor darão prioridade:

I- ao esporte educacional, ao esporte comunitário e, na forma da lei ao esporte de alto rendimento;

II- ao lazer popular;

III- à construção e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas e o lazer;

IV- à promoção, estímulo e orientação à prática e difusão da educação física;

V- à adequação dos locais já existentes e previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esportes e atividades de lazer por parte dos portadores de deficiência, idosos e gestantes, de maneira integrada aos demais cidadãos.

§ único- O Município estimulará e apoiará as entidades e associações da comunidade dedicadas às práticas esportivas, priorizando o esporte amador.

Art.284º- As unidades esportivas da Prefeitura Municipal deverão estar voltadas ao atendimento esportivo, cultural, de recreação e de lazer da população, destinando atendimento diferenciado às crianças, aos idosos e aos portadores de deficiência, integrando-os ao convívio dos demais usuários.

Art.285º- O Município promoverá o aproveitamento racional dos recursos naturais para o lazer dos munícipes.

Art.286º- Os serviços municipais de esportes e lazer articular-se-ão entre si e com as atividades culturais do Município, visando à implantação e ao desenvolvimento do turismo.

Art.287º- O Município poderá solicitar o apoio do Estado, da União e de Universidades, na elaboração das diretrizes para o desenvolvimento do esporte, lazer e recreação.

Da reunião do presidente do CND, Manoel José Gomes Tubino, do assessor do CND, Marcos Santos Parente Filho, e do conselheiro do CND Álvaro Melo Filho, publicou-se o livro "Esporte, Educação Física e Constituição" que trata da análise das propostas do CND em detrimento da promulgação da Constituição de 1988.

A então Comissão de Reformulação do Desporto Brasileiro, instalada pelo Governo Sarney, através do decreto 91.452 de 19.jul.1985, presidida por Manoel J.G. Tubino, teve como ponto de partida a discussão do termo esporte redefinindo-o em "esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance" e diante da omissão em relação à Educação Física e Desportos, nos textos constitucionais anteriores, avaliam:

"O Brasil, na sua Constituição de 1988, passou a ser um dos vinte países que introduziram o esporte no seu texto

constitucional, sendo mais importante, ainda, explicar que o conceito de esporte concebido recupera um grande período de atraso do esporte brasileiro e cria notáveis expectativas de desenvolvimento para o nosso processo esportivo." (PARENTE, 1989).

Como justificativa para a inclusão de Desporto na Constituição, a "comissão" destaca entre outras, "a necessidade de instituir a educação física como disciplina e prática educativa obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus, conquanto representa uma parte indispensável do processo educativo e da formação completa do homem que requer nítida simetria entre suas capacidades intelectuais e corporais, na medida em que aprimora a implantação de hábitos sadios, estimula o fortalecimento da vontade e das tendências de liderança, concorre para o aprendizado das regras de convivência social e favorece o sentimento comunitário." (PARENTE, 1989).

Portanto, argumentam que: "torna-se imprescindível, após análise destes fatos, conferir ao Desporto e à Educação Física no Brasil o 'status' de matéria constitucional, visto que a prática da atividade física em seus aspectos pedagógicos, terapêuticos, recreativos e formativos torna-se uma atividade de extrema relevância social, educando, estimulando a integração social e desenvolvendo valores de convivência e cidadania." (PARENTE, 1989).

Na obra é relatado ainda, o depoimento do presidente do CND ao Correio Braziliense de 06.set.87, onde o mesmo fica "estarecido" ao constatar que o art. 286 da proposta do então relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), era cópia fiel do art. 79 (inciso 2 / abr.1976) da Constituição de Portugal.